

Quadros & Metas

Carta Educativa de Palmela
Propostas

Versão 3 - Junho 2003

Índice

GESTÃO DA CARTA EDUCATIVA	4
IMPORTÂNCIA DA GESTÃO	4
NATUREZA DA GESTÃO	5
DA APRESENTAÇÃO À APLICAÇÃO	6
<i>Discussão e Aprovação da CE</i>	6
<i>Estruturas de Gestão</i>	7
<i>Acordo Educativo-Formativo</i>	7
<i>Financiamento</i>	7
<i>Concretização e Avaliação do Projecto</i>	7
MONITORIZAÇÃO	8
PROPOSTAS	12
PARA O ENTENDIMENTO DAS PROPOSTAS	12
ESPECIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	12
<i>Dinâmicas Participativas</i>	12
Propostas de Ordenamento Espacial	13
Princípios Orientadores	13
Núcleos Educativos	16
Análise por Níveis de Ensino	18
Ensino Superior	18
Ensino Secundário	18
Escola Profissional	20
Básicas Integradas	20
2º e 3º Ciclos	20
Escolas Básicas Mediatizadas	21
1º Ciclo e Pré-Escolar	21
Estimativa de Custos	24
Visão espacial de conjunto	24
Agrupamentos	26
Territórios Educativos	26
Observações Complementares	27
<i>Qualidade de Ensino</i>	28
<i>Propostas na área da formação profissional</i>	33
Núcleo de Formação Profissional	33
Escola Profissional	34
Acordo com Autoeuropa	35
Outras acções	36
<i>Formação de Professores e de Auxiliares de Acção Educativa</i>	36
<i>Transportes escolares</i>	36
<i>Propostas Diversas</i>	37
CENTROS DE DECISÃO	39
HIERARQUIZAÇÃO	43
CONCLUSÃO	43
ANEXOS	45
SITUAÇÃO POR FREGUESIAS	45
DADOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DOS NÚCLEOS EDUCATIVOS	53

Considerações Prévias

Este relatório visa apresentar propostas para uma intervenção estratégica no município nas áreas da educação e formação, enquanto partes integrantes do desenvolvimento económico-social e do reforço da cidadania.

Para que esta afirmação tenha a mesma leitura, na medida em que tal é possível na comunicação humana, por todos os que, de alguma forma, vão intervir neste processo, convém explicitar o conteúdo dos termos, expressão de relações sociais e entendimentos humanos, envolvidos.

São propostas para uma intervenção. Por outras palavras, são propostas para uma acção localizada no tempo e no espaço, preconizada e desencadeada por um conjunto de instituições e cidadãos, visando a obtenção de determinados objectivos. Quanto mais consensuais esses objectivos sejam para os diversos actores em presença, quanto mais oportuna for a decisão e a acção, tanto mais relevantes podem ser os resultados da intervenção. Se tivermos em conta que na educação e formação os actores são múltiplos, que existem interesses imediatos meramente diferentes ou até divergentes em confronto, teremos que concluir da importância de um amplo debate das propostas e de uma organização capaz de congregar a diversidade num esforço conjunto.

O que aqui é proposto é uma opinião com a validade que a metodologia científica permite testar, mas certamente que não deixará de ser parcial – não há opiniões imparciais como as não há desligadas de certas hipóteses iniciais – e sujeita a alterações. Valem essencialmente como ponto de partida de intervenção validados, inevitavelmente relacionados com um contexto mutável, assumindo a sua expressão concreta em cada tempo e espaço. Certamente parcial mas apresentando uma coerência interna e um ajustamento à realidade.

Uma intervenção que se pretende estratégica, isto é, que tem uma coerência interna que ganha expressão e significado nas modificações estruturantes do município. E se é simples a afirmação desta intenção, não podemos deixar de reconhecer que esta dimensão estrutural, programática, é frequentemente de difícil aplicação. É-o porque «a pressão dos acontecimentos» ocupa frequentemente um espaço sócio-político que pode pôr em causa uma visão mais global, mais integradora, mais virada para o futuro. Por isso muitos consideram que “são as conjunturas que moldam as estruturas” e os meios de informação, as “agendas políticas” parecem confirmar essa situação. É-o porque há da parte dos actores uma vontade de acção e um certo “desencanto” pelo «longo prazo».

No entanto consideramos que as transformações estruturantes – pequenas ou grandes, de simples ou difícil execução, de reduzidos ou elevados custos –, uma leitura mais de longo prazo é fundamental. É decisivo que essa leitura programática molde os comportamentos imediatos, as transformações quotidianas. Por outras palavras, este documento pretende ser um programa de acção municipal nas áreas da educação e formação orientadoras de um processo de intervenção.

Certamente que algumas propostas são imediatamente exequíveis, mas o essencial é proceder à sua leitura como partes de um todo que é mais que a soma das partes, que orienta um processo de intervenção que se vai desenrolar ao longo dos anos.

Eis as razões fundamentais da importância que atribuímos à gestão da carta educativa, pois só esta permite confronto de posições, debate, conjugação de esforços, leitura programática e adaptação ao concreto.

“Desenvolvimento” e “cidadania” são os elos de ligação entre a melhoria da educação-formação e as condições de vida das populações no município. Por um lado o que se propõe no espaço limitado que é o âmbito deste documento é ter em conta a relação biunívoca entre as componentes educativo-formativas, e por outro, as do desenvolvimento económico-social e a elevação qualitativa da prática da cidadania, por outro. Por um lado as alterações no tecido económico criam novas exigências educativas, o mesmo acontecendo com a elevação da consciência das populações em relação aos seus direitos, por outro o desencadear de acções de educação e formação pode ter efeitos em cadeia sobre diversas vertentes económicas e sociais.

É a consideração desta dupla interacção, respondendo às solicitações da procura, por um lado, e propondo soluções que são essencialmente um desafio para alterações económicas e sociais locais, por outro, que liberta a territorialização de uma dependência do mercado e lhe dá consistência enquanto assunção pelos cidadãos e pelos poderes locais de um instrumento de construção de um futuro melhor.

A este propósito é forçoso dizer que esta relação entre educação-formação e desenvolvimento local tem fragilidades significativas, de três tipos: (1) Diversas variáveis fortemente influenciadoras do desenvolvimento estão fora da capacidade de intervenção local; (2) A educação-formação pode ser um instrumento de política desenvolvimentista, mas é indispensável ter em conta muitos outros elementos, apesar da importância que hoje se dá aos recursos humanos (capital humano, para uns, cidadãos, para outros); (3) O âmbito municipal não é certamente o mais indicado para apreciar estas questões e os olhares lançados para alguns aspectos da realidade envolvente não foram suficientes para dar uma leitura adequada das problemáticas.

Para terminar estas considerações iniciais, que permitem elucidar melhor o que é de esperar do conteúdo deste relatório, é importante recordar a necessidade de articular este documento com outras formas de intervenção da Câmara, nomeadamente com as actuações de ordenamento do território, especificamente com o Plano Director Municipal, os Planos de Urbanização e os Planos de Pormenor, com as acções de discussão sobre o futuro de Palmela, com o plano e o programa financeiro municipal, enfim com todos os aspectos da vida local, apesar de alguns serem particularmente relevantes.

Gestão da Carta Educativa

Gestão da Carta Educativa é o primeiro ponto deste documento propositadamente. A montagem de um bom sistema de gestão das propostas consignadas neste documento, a percepção clara de que estamos perante um processo que exige ao longo de anos um conhecimento e uma intervenção adequadas ao momento e à situação é condição prévia de tudo o mais.

Importância da Gestão

O documento de que este relatório faz parte é um estudo da realidade e um projecto. Estudo da realidade que permita conceber realisticamente um projecto, projecto parcialmente contido na metodologia da observação científica da realidade ao conter referências e valores morais e sociais.

Os relatórios anteriores incidiam sobre o estudo da realidade enquanto este assume na plenitude a concepção do projecto.

A designação «projecto» surge frequentemente, diluindo na diversidade de referências e inadequações de utilização o seu significado preciso: combinação de recursos (humanos e não humanos) harmonizados e organizados temporariamente para alcançar uma meta específica (desdobrada em grandes objectivos) previamente definidos.

A Carta Educativa ajuda a aclarar a meta específica (pormenorização da melhoria da qualidade de vida dos munícipes pela prestação de serviços de educação, formação e cultura), desdobra esse anseio social e político convertido em objecto de análise técnica num conjunto de grandes objectivos (de alguma forma as propostas constantes deste documento), enuncia um conjunto, certamente incompleto, de tarefas necessárias para se concretizarem aqueles objectivos, faz algumas referências à sequência, às prioridades, aos recursos necessários, mas não tem a possibilidade de ir completamente ao pormenor. E não o tem porque há sequências, articulações e calendarizações que dependem de factores não considerados no presente estudo (política global da Câmara, orçamento autárquico, por exemplo), porque há situações em aberto que exigem esclarecimento oportuno (alterações na política educativa do actual Governo, por exemplo).

Por outras palavras, a Carta Educativa é o início da concepção do **Projecto Educativo-Formativo-Cultural de Palmela** (PEFCP) para os próximos cinco anos, a que tem que se seguir outras fases, a saber:

- Pormenorização das tarefas (calendarizarão, hierarquização, sequencialização, tipificação, especificação do caminho crítico)
- Afectação dos recursos às tarefas
- Harmonização de tarefas e recursos e mobilização de todos os intervenientes no processo
- Acompanhamento do processo e revisão periódica das pormenorizações do projecto
- Avaliação geral e determinação das prioridades seguintes.

A natureza inovadora deste PEFCEP não permite que as actividades anteriormente enunciadas sejam feitas por quem (institucionalmente falando) tem as obrigações funcionais de exercer rotinas, dar respostas quotidianas a situações e problemas, mesmo que estes estejam relacionados, estejam dependentes, do referido projecto.

O PEFCEP é inovador, como o é toda a construção do futuro decidida pelos homens e instituições com um conjunto de objectivos específicos. Existe sempre uma percentagem de imprevisibilidade e de risco, parte inerente dos processos deste tipo, que se ensaia considerar, quando oportuno, desde o início. Contudo essa imprevisibilidade é tanto maior quanto a duração e complexidade do processo. Complexidade (não se confunda com o incorrecto sentido do conhecimento corrente: complicação) que pode gerar mudanças de final aberto.

Como tivemos oportunidade de referir em anteriores reflexões sobre estas problemáticas:

As situações concretas são frequentemente complexas. As situações educativas concretas têm grande probabilidade de o serem. Muitas delas, em que as manifestações de vontade dos diversos intervenientes se pautam por preocupações e dinâmicas diferentes, eventualmente contraditórias, quase certamente o são.

A complexidade da proposta ou do seu contexto envolvente faz com que os diversos intervenientes no processo possuam apenas uma parte da informação. As leituras são múltiplas e a troca de informação, a apresentação de diferentes pontos de vista é um elemento essencial não só para o entendimento das partes como para a própria conceptualização do real. O processo de troca de informações, que obviamente tem de ter os seus tempos e operacionalidades, é de configuração do objecto e de redução das subjectividades inerentes à postura de cada um dos intervenientes.

É em segundo lugar uma situação em mudança, como todas as realidades, mas que pode conter momentos "catastróficos" de alteração radical, gerados muitas vezes por alterações infinitesimais, quase imperceptíveis, e os tempos de execução são uma vertente fundamental. Cada proposta tem um tempo que condiciona a validade da sua execução. A sua execução passa por uma série de tramitações processuais, burocráticas e financeiras que pode arrastar-se por bastante tempo, dependendo de situações alheias à sua própria natureza intrínseca, mais uma vez sobressaem os perigos de apresentação de propostas sem as fazer acompanhar da dimensão gestonária.

(...)

A Carta Educativa é um processo de mudança. (...) [e] do ponto de vista das instituições a mudança pode configurar-se de três tipos: mudança fechada (previsível); mudança controlada (provável); mudança de final aberto. Como diz Stracey¹

«A situação a curto prazo é, predominantemente, de mudança fechada; um pouco mais para a frente é, predominantemente, fechada e controlada; e ainda mais para a frente é predominantemente, de final aberto.»

A Carta Educativa é predominantemente de final aberto.

Estas situações não põem minimamente em causa a existência do projecto. Somente reforça a importância da **Gestão** do PEFCEP.

Natureza da Gestão

O PEFCEP é um projecto que exige inovação, logo ruptura com a reprodução do quotidiano; é uma totalidade, logo não é compatível com a pluralidade de centros de decisão; aconselha prontidão de decisão, logo não é compatível com os procedimentos burocráticos habituais.

Certamente que a crueza destas incompatibilidades exigem alguma relativização filtrada pelas dinâmicas das instituições e dos elementos que as constituem, pois o novo é simultaneamente uma ruptura com o passado e uma continuação dele mesmo. Mas para a eficácia da gestão do PEFCEP é conveniente assumir em pleno essa ruptura. O projecto exige uma direcção **autónoma**, com uma **visão global e integrada**, com efectiva **capacidade de decisão**, com **flexibilidade** e grande **capacidade de diálogo**.

Essa direcção autónoma tem de estar **política e organizativamente dependente da Câmara Municipal de Palmela**, já que é esta a instituição promotora da CE, co-responsável pela sua concretização e dinamizadora de todo o processo. Simultaneamente tem de encontrar forma de **todos os intervenientes no processo terem uma intervenção institucional**.

Como acontece em todas as situações em que existe uma instituição com organização funcional (isto é, em que as diversas funções – financeiras, recursos humanos, arquitectura, engenharia, etc. – estão

atribuídas a direcções com especialização e autonomia, hierarquicamente dependentes da direcção) há que encontrar as formas mais adequadas de posicionamento e articulação dos projectos. Significa isto encontrar as mais adequadas formas de ajustar, alterar e compatibilizar cadeias de direcção e comando, centros de decisão, procedimentos, recursos, visibilidade.

Uma instituição ter uma direcção de projectos não justifica que o PEFCP seja aí englobado. De facto a sua multidisciplinaridade, multidimensionalidade, diversidade de agentes e públicos, variedade de recursos e complexidade exigem a referida autonomia, logo estruturas novas adequadas.

Da Apresentação à Aplicação

Após a apresentação pela Quadros & Metas de todos os documentos consignados no caderno de encargos há um conjunto de procedimentos a desencadear que se explicitam nos pontos seguintes:

Transformar o «documento técnico» CE num documento político “Projecto Educativo-Formativo-Cultural de Palmela”

- Criar as estruturas de gestão do PEFCP
- Assinatura de um Acordo Educativo-Formativo
- Obtenção de financiamentos
- Acompanhamento do PEFCP

Algumas palavras sobre alguns desses aspectos.

Discussão e Aprovação da CE

Entregues todos os relatórios consignados no caderno de encargos é necessário assumir que esse conjunto de relatórios constituem os «estudos prévios» da Carta Educativa. O documento político que constitui a **Carta Educativa** tem de ser sintético, essencialmente constituído pelas propostas, de fácil leitura², construído integralmente a partir dos referidos estudos prévios.

A importância que tem sido atribuída pela Câmara e pelos municípios à educação, à cultura, à formação e ao desenvolvimento local, a assunção do PEFCP como peça do desenvolvimento económico-social, a multiplicidade de agentes envolvidos no processo dentro do município (famílias, professores, escolas, empresas, etc.) e fora dele aconselham e exigem um amplo **debate público** da Carta Educativa.

Este amplo debate, que está dentro das práticas institucionais da Câmara e que certamente neste caso também deseja, deve ser simultaneamente

- formal com audição das instituições (serviços da Câmara, Conselho Municipal de Educação, Escolas, Centros de Emprego, Freguesias, Paróquias, etc.)
- informal, isto é, aberto à participação de qualquer cidadão e seguindo os circuitos que a torne viável

Tem dois objectivos fundamentais:

- recolher opiniões, sugestões, críticas sobre a Carta Educativa de forma que se possa proceder a uma sua melhoria antes de se passar à definitiva aprovação política e antes de se transformar num conjunto de referências para a acção política da Câmara³.
- generalizar e reforçar uma sensibilização para a CE, fazendo com que os municípios e as instituições se apropriem progressivamente do seu conteúdo como algo a ter em conta na sua actividade quotidiana.

Atingida a versão «final» do documento deve-se proceder, de acordo com a legislação em vigor, à sua **aprovação** pelos respectivos órgãos.

Desta aprovação devem-se tirar as devidas consequências, nomeadamente a **inclusão** dos conteúdos aprovados das propostas em todos os instrumentos de decisão camarária, como por exemplo, no Plano Director Municipal.

Simultaneamente, tendo sido preparado previamente, há que criar as respectivas estruturas de gestão da CE, numa lógica de projecto (PEFCP)

Estruturas de Gestão

Na dependência directa do Presidente da Câmara Municipal de Palmela deve ser constituído o **Gabinete de Gestão do PEFCP** com as características já anteriormente referidas: direcção autónoma, com uma visão global e integrada, com efectiva capacidade de decisão, com flexibilidade e grande capacidade de diálogo.

O simples facto desta gestão exigir a intervenção de diversas estruturas e pessoas em diferentes funções inseridas em diversas hierarquias institucionais exige a sua directa dependência do Presidente da Câmara. Este pode delegar a gestão deste Gabinete em quem considerar por bem, transferindo também a sua capacidade de decisão⁴.

Este GGPEFCP tem dois órgãos consultivos, isto é, de aconselhamento, de acompanhamento e de fiscalização, enquanto produtor de reflexões críticas sobre o processo. Esses **órgãos consultivos** são

- Conselho Municipal de Educação
- Comissão de Acompanhamento do Acordo Educativo-Formativo

sem excluir a possibilidade da criação de comissões *ad hoc*, embora deva haver a preocupação de reduzir ao máximo as estruturas criadas.

O Gabinete de Gestão necessitará frequentemente de estudos técnicos, de apreciações de pormenor. Contudo não parece justificar-se a criação de nenhuma estrutura própria, pois os serviços da Câmara Municipal de Palmela revelam actualmente capacidade quase integral para desempenhar essas funções. Dizemos «quase integral» porque estando bem apetrechada nas áreas educativa e cultural não o parece estar da mesma forma nos aspectos da formação e porque as exigências quotidianas tendem a especializá-los nas áreas mais legalmente dependentes da Câmara Municipal.

Acordo Educativo-Formativo

Já dissemos, e insistimos, que a Carta Educativa exige o envolvimento de múltiplas instituições, em que certamente terão um papel fundamental Ministérios, Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Câmara Municipal de Palmela, em todas as tarefas e Escolas, algumas empresas, em algumas tarefas. As suas contribuições são muito diversas (autorização, financiamento, recursos humanos), desempenhando ora funções permissivas, isto é de facilitação, de permissão, de não-obstaculização, ora impulsionadoras.

Feito o inventário dessas instituições, submetendo à sua opinião a Carta Educativa aprovada, recolhendo as suas sugestões, deve-se caminhar para a assinatura de um protocolo que consubstancie um **Acordo Educativo-Formativo** entre todas as entidades envolvidas.

Cada uma das instituições envolvidas deve designar um representante para uma **Comissão de Acompanhamento do Acordo Educativo-Formativo**, aspecto que deve constar do próprio Acordo.

Financiamento

Encontrar formas de financiamento das acções proposta neste documento é indispensável à sua prossecução. Há que encontrar formas de financiamento específico, seja no âmbito do Acordo Educativo seja no acesso a financiamentos específicos nacionais e comunitários.

Deve haver uma atitude deliberada nesse sentido.

Concretização e Avaliação do Projecto

Com os acordos e as estruturas anteriormente referidas é necessário pormenorizar a Carta Educativa construindo-se o **Projecto Educativo-Formativo-Cultural de Palmela**.

Como projecto que é deve obedecer aos procedimentos adequados à gestão de projecto em todas as suas fases:

Concepção

Execução, acompanhamento e revisão

Quadros e Metas

Avaliação final.

Em todas estas fases, mas sobretudo na «execução, acompanhamento e revisão» vai ser fundamental um conhecimento «em tempo real» das situações, para o que é fundamental a monitorização.

Monitorização

A **ideia** é bastante simples: se o PEFCEP vai decorrer ao longo de diversos anos exigindo decisões oportunas, é fundamental que o seu Gabinete de Gestão possa em qualquer momento ter acesso a informação organizada actualizada.

Ter informação actualizada **exige**

1. ter uma base de dados informatizada com dados;
2. partilhar com múltiplas instituições a utilização e actualização da referida base de dados (base de dados descentralizada e partilhada);
3. criar um conjunto de procedimentos que façam com que o carregamento da informação na base de dados resulte dos actos quotidianos de gestão das instituições;
4. ter procedimentos regulares de preenchimento e actualização da base de dados nos casos em que tal não seja possível pela via anterior.

Estes aspectos **exigem concepção e montagem das bases de dados** (para o que se poderá e deverá aproveitar os ensinamentos dos estudos prévios da Carta Educativa, estruturar uma base de dados, eventualmente articulável com o sistema SIG da Câmara), informatização e utilização dos sistemas informáticos em todas as instituições educativas, formativas e outras intervenientes no processo (para 3), utilização da Internet e protocolos ou prestação de serviços para o preenchimento complementar da base de dados.

Ter informação organizada significa que os dados constantes da base de dados estão estruturados de determinada forma, que se construíram indicadores agregados capazes de permitir uma fácil leitura, que se associaram os dados a determinados tratamentos estatísticos, que se construíram indicadores de alerta que chamem a atenção para determinados aspectos.

Pormenorizemos alguns aspectos anteriormente referidos para que se tornem mais compreensíveis para quem é menos conhecedor destes procedimentos informáticos ou esteja marcado por práticas típicas de procedimentos antigos.

A informação necessária para uma adequada gestão da carta educativa pode ser classificada segundo diversos critérios:

- 1) Conteúdo:
 - i) educação (e formação)
 - ii) enquadramento económico-social
 - iii) enquadramento institucional
- 2) Origem:
 - i) resultante de actos administrativos
 - ii) transferidos de bases de dados já existentes
 - iii) recolhidos expressamente
- 3) Tipo:
 - i) quantitativos
 - ii) qualitativos
- 4) Desagregação:
 - i) dados originais
 - ii) dados agregados

iii) indicadores

Vejamos alguns exemplos de cada uma destas possibilidades de classificação, aproveitando para referir alguns aspectos directamente relacionados com a sua função e importância na monitorização.

As informações 1i) são as mais importantes, pois trata-se de uma Carta Educativa. São exemplos deste tipo de dados os nomes dos estudantes, as disciplinas em que estão inscritos, o número de professores numa escola. As informações 1ii) dão uma leitura de alguns aspectos da sociedade em que a educação se insere. São exemplos deste tipo de dados a população por idades e localidades, o número de fogos no município, a quantidade de empresas existentes na Península de Setúbal e os seus sectores de actividade. Valem por si para uma comparação a estabelecer com os dados da educação, valem para a construção de indicadores agregados. As informações 1iii) são igualmente de enquadramento mas provêm da actividade das instituições, seja Câmara Municipal de Palmela, Governo ou outra instituição. São exemplos o montante atribuído à educação no orçamento camarário, o volume de financiamento para a região constante do Programa Operacional da Comissão de Coordenação, as autorizações de construção dadas pela Câmara, os pedidos de urbanização.

Todos os dados anteriormente referidos constam do que se pode designar por Base de Dados do PEFCP. Diz-se “pode-se designar” porque a autonomia operacional desta base de dados não significa que do ponto de vista material ela seja separada de outras eventualmente existentes. De qualquer forma podemos tratá-la de uma forma autónoma.

Grande partes dos dados são obtidos directamente dos actos administrativos. São os considerados em 2i). Por exemplo, uma escola faz as matrículas dos alunos em computador e este está ligado à base de dados. Então pode regularmente (em tempo real, diariamente, semanalmente, conforme se acordar e estabelecer) transferir informação para a base de dados: todos os dados da matrícula ou os dados agrupados segundo qualquer critério previamente estabelecido. As únicas restrições existentes a esta transferência de dados são de natureza legal: confidencialidade de certos dados, legislação de constituição de bases de dados com informações pessoais. Estes dados são “gratuitos” (obviamente com as despesas de comunicação). Outros dados (sejam da educação ou de enquadramento) já existem disponíveis porque foram recolhidos ou sistematizados por alguma entidade (INE, empresa privada de tratamento da informação, etc.) e então basta comprar esses dados e fazer a transferência para a BDPEFCP ou estabelecer uma ligação entre ambas. É o caso dos dados 2ii). São exemplos os dados constantes dos recenseamentos gerais da população, os preços dos bens na região constantes do índice de preços, a oferta e procura de emprego. Neste aspecto chama-se a atenção que há vantagens na aquisição de uma base de dados completa, estruturada e regularmente actualizada. Se as informações de que se necessita não são obtíveis pelas formas anteriores então entra-se no grupo 2iii): criar um expediente para a sua obtenção. É o caso do lançamento de um inquérito para conhecer a disponibilidade dos munícipes para aceitarem uma certa decisão da câmara ou dos hábitos de leitura ou prática artística por parte da população de uma região. Os elevados custos desta informação faz com que seja restringida, mais do que a restante, ao estritamente necessário.

Todas estas informações são de tipo quantitativo (3i)) se são expressáveis em números: quantidade de alunos, quantidade de salas de aulas, quantidade de votos favoráveis a uma decisão camarária, quantidade de licenciamentos, São de tipo qualitativo (3ii)) se assim não acontece: legislação sobre o ensino secundário; normas de construção dos jardins de infância, por exemplo.

O ponto de partida de toda a informação é um facto concreto: o José Manuel Silva, nascido a 20/09/1994, residente na vila de Palmela está inscrito no 3º ano do 1º Ciclo na escola K. Estamos ao nível do que classificamos em 4i). Mas este cidadão vai ser 1 nas agregações do número de estudantes nascidos em 94, do número de estudantes que vivem em Palmela, do número de estudantes inscritos no 3º ano, do número de estudantes da escola K. Já estamos no tipo 4ii), podendo aqui haver diversos níveis de agregação. Quando se diz que este jovem é um dos X habitantes do concelho de Palmela estamos a um maior nível de agregação que nos casos anteriores. A agregação da informação é muito importante: permite uma visão de conjunto, aspecto essencial do tratamento estatístico. Há sempre um conflito entre as nossas capacidades cognitivas e a informação que nos é fornecida. Se estivermos a lidar com 10.000 dados teremos dificuldade em tirar ensinamentos válidos. Para conseguir isto ou agregamos os dados (passando a trabalhar com meia-dúzia deles), ou representamo-los de uma forma compreensível (passamos, por exemplo a trabalhar apenas com um gráfico), ou fazemos um tratamento estatístico ou econométrico (passando por exemplo, a trabalhar com uma curva estimada pelo método dos mínimos quadrados e com alguns poucos indicadores da sua validade) ou construímos um modelo interpretativo (passando a lidar com algumas poucas variáveis). Enfim, tratando de base de dados, é importante manter os dados originais

mas também é muito importante construir indicadores agregados, tanto mais agregados quanto possível. Se estamos a tratar de questões da educação o ideal é ter um único índice agregado que reflecta a conjunto da situação da educação e formação em cada âmbito regional. Poderemos ainda ir mais além e construir um conjunto de indicadores (4iii)) que nos alertem para necessidades intervenções: por exemplo, se a variância de X for superior a X1 é necessário intervir com esta ou aquela preocupação; se o rácio de K1 e K2 for inferior a K3 será oportuno a Câmara promover acções com vista a ...

É, no entanto, necessário ter consciência de um facto muito importante: a montagem de uma base de dados com indicadores simples é rápido. Quanto mais sofisticados forem os indicadores mais experiência acumulada é necessária.

A disponibilização pública de uma parte desta informação e os olhares atentos que tal gera é uma via útil para garantir a fiabilidade dos dados.

Tudo isto exige formação.

Se é certo que todo o funcionamento informático deve ser intuitivo e de fácil leitura é necessário para todos

- saber utilizar os computadores na gestão das instituições;
- saber trabalhar com bases de dados, por muito intuitivo que possa ser o interface;
- saber ligar-se à Internet;

e para alguns

- saber da estrutura da base de dados e das formas de funcionamento;
- saber gerir o sistema.

A monitorização pode ser concebida por módulos, ser progressiva, ser a um ritmo que adeque os recursos humanos às possibilidades tecnológicas, mas deve ser começado o mais depressa possível, de forma que os dados retrospectivos constantes dos presentes relatórios não se tornam obsoletos.

Pode-se colocar a questão de saber quais serão os dados a constar da base de dados.

Não nos parece oportuno ou adequado fazer aqui a sua listagem, assim como seria prematuro aqui referir a estrutura da base de dados. Contudo podemos ilustrar a propósito dos dados da educação (1i) na classificação anterior) resultantes dos actos administrativos (2i)) de tipo quantitativo (3i)), já com alguma agregação (4ii)), mas ainda muito limitada.

Dos programas informáticos a funcionar nas escolas devem resultar informações agregadas em três núcleos: «Estabelecimento», «Aluno» e «Pessoa».

Cada um pode ser desagregado (nesta apresentação “caminhamos” em sentido inverso a origem dos dados!) em diversos sub-grupos:

Estabelecimento

- Informação base
- Assembleia
- Infra-estruturas básicas
- Espaços exteriores
- Espaços para centro de recursos
- Espaços sociais e de convívio
- Espaços de apoio Sócio-Educativo
- Espaços de Direcção e Serviços Administrativos
- Espaços apoio geral
- Espaços ensino
- Espaços Educação Física e Desporto
- Laboratórios e espaços especializados
- Projecto
- SPO
- Ensinos ministrados
- Serviço de apoio educativo
- Recursos exteriores ao estabelecimento

	Equipamento informático/multimédia
Aluno	Informação base
	Ano escolar
	Disciplina
	Processo disciplinar
	Necessidades educativas especiais - Dificuldades
Pessoal	Docente
	Informação base
	Ano escolar
	Disciplina
	Não docente
	Informação base

e cada destes grupos é constituído por um conjunto de dados ainda mais desagregados, que por sua vez podem, ser agregados segundo diferentes critérios.

A título de exemplo apresentamos a lista dos dados que para cada estabelecimento de ensino devem ser recolhidos e que passam a constituir a informação base do estabelecimento:

Código
 Código do DAPP
 Designação
 Endereço
 Localidade
 Código Postal
 Freguesia
 Tipologia
 Telefone
 Fax
 Email
 Internet
 Funcionamento
 Número de Identificação de Pessoa Colectiva
 Natureza Jurídica
 Código estabelecimento sede
 Código do agrupamento
 Unidades de Inserção na Vida Activa
 Data de início de actividade
 N° de alvará
 N° de autorização definitiva
 N° de autorização provisória
 N° de Portaria ou DL
 Contrato autonomia
 Início contrato
 Fim contrato
 Área total
 Área coberta
 Área descoberta
 Data de construção
 Estabelecimento construído para o ensino
 Tipo de projecto
 Lotação regime diurno
 Data encerramento
 NIB Escola
 NIB ASE
 Escola abrangida pelo DL n.115-A/98 de 4 Maio
 Regime de funcionamento
 Regime nocturno
 Tempo real de abertura semanal

Código órgão
Início mandato
Fim mandato
Nº de elementos

A articulação entre os diversos grupos de informação faz-se através de uma ou algumas variáveis que se assumem como índice. Neste caso o código do DAPP pode ser esse indicador.

Propostas

No ponto anterior apresentamos um conjunto de propostas processuais e de futura gestão da Carta Educativa.

Agora tratamos das propostas educativas e formativas em sentido lato, agrupando-as por tipologia de intervenção.

Para o entendimento das Propostas

As propostas anteriormente apresentadas e as que consubstanciam o presente capítulo são sugestões fundamentadas de intervenção. Sugestões porque são o ponto de partida para uma apreciação pública e o confronto de outras leituras, fundamentadas porque se inserem numa leitura cuidada das situações validadas por uma metodologia científica. Reafirmamos o anteriormente explicitado por outras palavras.

Tem a rigidez da razão que não aceita alterações antes de provar a falsidade do apresentado e a validade científica de outras leituras; e a flexibilidade que todo o ponto de partida de um diálogo exige.

Não são, nem o pretendem ser, um manual de instruções do que há a fazer, uma receita pormenorizada e acabada, inevitavelmente efêmera perante as mudanças do mundo. Pensamos que o que foi dito sobre a gestão da Carta Educativa esclarece plenamente esta interpretação.

Por isso mesmo as propostas pretendem ser precisas, inequívocas, abertas. Elas são apresentadas de uma forma articulada e integrada.

Numa segunda parte deste capítulo procura-se fornecer uma visão de conjunto, seja fazendo um inventário das instituições envolvidas na concretização de cada uma das propostas seja hierarquizando-as e priorizando-as. Estes dois aspectos são decisivos para a forma e conteúdo do Acordo Educativo-Formativo.

Especificação das propostas

Dinâmicas Participativas

Faz parte da metodologia de actuação política da Câmara o envolvimento dos cidadãos nas suas decisões, fazê-los sentir que o poder local é uma emanção da sociedade em que se insere⁵.

É também nesse sentido que este documento aponta, como se verifica no capítulo referente à sua Gestão.

Para o reforço destas dinâmicas participativas no que se refere à Educação propõe-se ainda:

Continuação e Melhoria da actividade do Conselho Municipal de Educação

Já anteriormente referimos a importância da actividade deste órgão para o entendimento e resolução dos problemas da educação e formação, assim como do acompanhamento da presente carta educativa.

A sua actividade é actualmente um exemplo no contexto nacional.

Mais do fazer sugestões ou propostas precisas importa ressaltar a importância do seu funcionamento e organização interna e apelar para o seu trabalho colectivo com vista ao reforço da sua funcionalidade e operacionalidade.

Reforço das Comissões de Pais e melhoria do diálogo entre estas estruturas e as escolas

É desnecessário chamar a atenção para a importância da complementaridade entre famílias e escolas na educação, a qual deve revelar-se institucionalmente pela existência de Comissões de Pais ao nível da escolaridade básica e uma atitude de colaboração entre uns e outros.

Apesar da boa mobilização local e da sensibilidade dos cidadãos para as temáticas da educação-formação, as comissões de pais apresentam debilidades para as quais é necessário encontrar uma solução.

Grupos de Voluntários

Ao tratarmos num ponto seguinte da formação, chamamos a atenção para a importância que a mobilização voluntária de pessoas com experiência e disponibilidade de tempo podem ter no desempenho de diversas funções. Esta ideia pode ser generalizada a outras áreas da educação-formação de acordo com as actividades a exercer em cada momento.

Este grupo de voluntários assentaria sobretudo em trabalhadores reformados (12,1% da população do concelho) com adequado perfil à função e com o objectivo de aplicar a utilidade do seu saber acumulado ao longo da vida e a sua experiência.

Propostas de Ordenamento Espacial

Princípios Orientadores

Como ficou explicitado anteriormente as propostas de instalações educativas e formativas tiveram em conta dois critérios fundamentais:

1. Resposta às necessidades actualmente existentes, para o que foi fundamental considerar um conjunto de elementos que de seguida são explicitados.
2. Capacidade de estimular fixação da população e promover um desenvolvimento local mais adequado às exigências de cidadania e tecido económico-social do município.

Vejamos então algumas das lógicas e hipóteses consideradas para a estruturação das propostas seguintes:

(1) É esperável⁶ que

- Os lugares com menos habitantes tendam a juntar-se entre si constituindo manchas populacionais de maior dimensão.
- Haja um reforço da população em núcleos localizados ao longo dos principais eixos viários.
- Se verifique um crescimento ao ritmo de 25% intercensitário nos principais núcleos urbanos.

(2) É de aplicar as normas de irradiação e população base a escolarizar, estabelecendo uma relação entre o número de habitantes de uma ou várias localidades e o tipo de escolas a instalar:

- Para localidades entre 500 e 999 habitantes poderá ser instalado um Jardim de Infância (JI) ou uma Escola com o Primeiro Ciclo e Jardim de Infância (EB1JI)
- Para localidades entre 1000 e 4999 habitantes poderá ser instalado, além de JIs e EB1JIs, unidades educativas só com o Primeiro Ciclo (EB1) ou unidades educativas com Segundo e Terceiro Ciclo (EB23), ou combinações destes.
- Acima de 4999 habitantes poderão surgir as respostas anteriores complementadas com o Ensino Secundário (ES).

(3) Teve-se permanentemente em atenção as vantagens da integração entre os diversos níveis de ensino, vantagens do ponto vista educativo-pedagógico, gestonário e de bem-estar das famílias. Como já tivemos oportunidade de referir:

Se considerarmos que a continuidade da acção educativa e a integração curricular entre os diversos ciclos do Ensino Básico são factores de sucesso e se aceitarmos, como se estabelece na LBSE, que o Ensino Básico é uma unidade organizada em três ciclos de desenvolvimento sequencial progressivo, ter-se-á de admitir como inevitável a articulação entre eles.

Foi em coerência com tais postulados que emergiu um novo modelo de estrutura organizacional, do sistema educativo, formalmente instituída pelo Despº Conjº 19/SERE/SEAM/90, que abrangia toda a escolaridade básica e pretendia garantir a realização do percurso escolar dos alunos do ensino básico do mesmo território educativo numa única unidade organizacional.

Face à definição da tipologia dos estabelecimentos de educação e ensino que foi definida com a publicação do Despº 33/ME/91, esta estrutura passou a ser denominada de Escola Básica Integrada (EBI) sendo tipificada como uma escola *"que possibilita ao jovem a frequência de todo o ensino básico no mesmo edifício e, tanto quanto possível, com o mesmo conjunto de docentes e a mesma cultura escolar"*.

Assim a Escola Básica Integrada (EBI), onde para cada uma das crianças se desenvolverá toda a escolaridade básica, hoje estabelecida como obrigatória, é uma resposta congruente com os princípios consagrados na LBSE já que faz corresponder à noção una de educação básica uma única escola, *com o mesmo conjunto de docentes e a mesma cultura escolar*.

Aí a criança poderá relacionar-se, sem urgências assustadas, com a escola que vai ser sua durante nove anos e onde vai crescer junto de outras crianças e dos jovens que trabalham nessa escola, alguns dos quais vão tutorá-la nessa área tão relevante para a formação do Ser como é o currículo oculto da organização já que é com eles que priva em actividades que ultrapassam a sala de aula.

Também os pais terão tempo para estabelecerem uma relação com o todo da escola e nela encontrarem o lugar, os modos e os momentos certos para ajudarem a dar-lhe vida.

Facilitando a aproximação entre os professores, quebra o seu isolamento profissional, tornando possível a permuta de experiências, o diálogo vivificador, uma nova visão da profissão e a criação de melhores condições para o seu desenvolvimento profissional autónomo e para o conhecimento mais aprofundado dos seus alunos. A cooperação entre professores do mesmo ciclo, ou de ciclos diferentes, com vista à construção do caminho de sucesso de todos os alunos, torna-se viável, pelas oportunidades de formação e de actividade conjunta.

Representando uma solução por medida adaptada às condições do seu contexto, a Escola Básica Integrada apresenta melhores condições de contacto entre a instituição escolar e a comunidade que serve, incluindo os órgãos do Poder Local, que mais facilmente entendem a escola como pertença sua, útil à sua própria promoção e não dizendo apenas respeito às crianças, aos jovens e aos professores.

A construção de uma EBI, enquadrando-se nas medidas de reordenamento da rede escolar, representa a racionalização e optimização de recursos que não só favorecem a efectiva realização da escolaridade por todas as crianças, como, por essa gestão vir a fazer-se de forma integrada, potencia mais elevados níveis de eficácia e eficiência.

Desejavelmente, e de acordo com o prescrito na LBSE (artº. 39º, nº3) os edifícios escolares de uma EBI devem *ser ajustados às características e necessidades regionais e à capacidade de acolhimento de um número equilibrado de alunos, de forma a garantir as condições de uma boa prática pedagógica e a realização de uma verdadeira comunidade escolar [e ser planeadas], na óptica de um equipamento integrado e ter suficiente flexibilidade para permitir, sempre que possível, a sua utilização em diferentes actividades da comunidade*.

A emergência das EBI como centros de educação básica, delimitando um território, através do estabelecimento de relações pessoais e familiares, criando identidade(s), pela progressiva construção de comunidades de interesses, a um conjunto de indivíduos e instituições, põe em evidência o alargamento e abrangência das funções sociais da escola básica, assim como a necessidade desta se afirmar, com sucesso.

Acrescente-se que as considerações aqui tecidas são fundamentadas em múltiplos trabalhos sobre o assunto. A título de referência veja-se o livro de Eurico Lemes PIRES, *Escolas Básicas Integradas como Centros Locais de Educação Básica*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.⁷

(4) Considerou-se que uma unidade educativa deveria ter no máximo 1000 alunos. Simultaneamente teve-se em conta os conceitos base apontados nos critérios de reordenamento da rede educativa, a saber:

Irradiação- distância-tempo máximos entre a escola e os locais de residência dos alunos (o meio de deslocação a utilizar, os percursos escola-habitação e o tempo despendido).

População base – nº de habitantes na área de drenagem de um determinado tipo de escola (fundamenta e serve de suporte para o dimensionamento do equipamento educativo). Assenta em dados estatísticos recentes e em previsões demográficas.

População a escolarizar – é um sub-conjunto da população base tendo em conta o grupo ou grupos etários a que a escola se destina e os objectivos de política educativa estabelecidos para esse ou esses níveis. Neste caso dever-se-à ter em conta factores locais, tais como, mobilidade da população adulta, locais de trabalho, procura/oferta de escolas próximas, outros).

Crítérios pedagógicos- tendo em conta a oferta de um ensino de qualidade, é de ter presente as questões sociais a que o equipamento deve dar resposta, bem como a viabilidade do seu funcionamento pedagógico adequado. São essenciais os indicadores do regime de funcionamento da escola (normal), do número mínimo e máximo pedagogicamente adequados para o número de alunos/turma, a capacidade da escola que corresponda a uma oferta de ensino de qualidade.

Crítérios de dimensionamento – um ensino de qualidade impõe um espaço educativo, quer interior quer exterior que favoreça as aprendizagens e faculte um ensino de qualidade. Deste modo a definição de uma área bruta de construção (superfície medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores) tem de ter em conta todas as especificidades do nível ou níveis de ensino para os destinatários (alunos, professores, funcionários).

Crítérios de localização – a inserção da escola no tecido urbano, a relação de complementaridade com outros equipamentos de outras estruturas educativas ou não, as relações de vizinhança, a qualidade ambiental e segurança da área envolvente, e as características físicas do terreno são aspectos não só fundamentais como essenciais.⁸

(5) Para cada freguesia perspectivou-se a constituição de núcleos educativos, cujo significado explicitamos no ponto seguinte, que visam essencialmente

1. a garantia da escolaridade básica no concelho;
2. a rentabilização e aproximação de recursos humanos e materiais;
3. a resposta à evolução da população o nível do lugar ou dos lugares;
4. as respostas educativas complementares e de qualidade, a saber:
 - reconversão da Pré-Escolarização Itinerante (EPEI);
 - desaparecimento das Escolas Básicas Mediatizadas (EBM);
 - separação do 2º/3º Ciclos do Secundário;
 - diminuição dos circuitos especiais e atenção aos tempos de percursos escolares;
 - surgimento de novas oportunidades de formação de níveis III e IV;
 - resposta às taxas de produtividade do sistema (tomando como indicadores o abandono e a fuga) com o aparecimento de formação de nível II;
 - propostas educativas enquadradoras da qualidade: Atendimento de Tempos Livres (ATL) e refeitórios, para o 1º Ciclo e Jardins de Infância;
 - propostas de melhoria da qualidade de vida das populações: formação ao longo da vida e alfabetização;
 - reconversão de algumas escolas EB1s em JI e construção de novas EB1s localizadas de forma a dar resposta a núcleos educativos;
 - a complementaridade da oferta do ensino particular e cooperativo;
 - reequilíbrio da oferta educativa com redução da mobilidade para fora do concelho, sobretudo no ensino básico;

- atendeu-se de algum modo ao parque escolar existente no que diz respeito à população que o frequenta, o seu nível etário e as indicações de planeamento educativo no que diz respeito à área de terreno e área bruta de construção.⁹

Tendo em conta todos estes aspectos apresentam-se de seguidas as propostas concretas para reordenamento da rede, assim como uma metodologia de adequação das novas urbanizações a uma correcta resposta educativo-formativa.

É importante, no entanto, insistir em dois aspectos:

1. A Carta Educativa é um processo e as propostas aqui apresentadas têm de ser adaptadas ao momento da sua execução; a mobilidade da realidade, sempre existente e particularmente forte no concelho, exige uma leitura informada e uma resposta política adequada nos momentos da decisão.
2. Para que este processo de adaptação constante ao concreto se processe é decisiva a monitorização.

Refira-se ainda, reafirmando aspectos já invocados neste documento, a importância da articulação da Carta Educativa com todos os Planos de Ordenamento do Território em elaboração, os 18 perímetros urbanos definidos e aprovados, os planos de ocupação turística que estão previstos para Poceirão e Marateca.

Núcleos Educativos

Quando caminhamos do ensino superior para o pré-escolar diminui o âmbito geográfico da influência da instituição, como teremos oportunidade de referir mais uma vez a propósito dos territórios educativos, matéria do presente capítulo.

Quando analisamos essencialmente a articulação entre instituições de diferentes níveis de ensino, nomeadamente quando privilegiamos uma lógica de integração entre os diferentes níveis de ensino, de escolas básicas integradas, convém considerar um espaço em que essa integração faça sentido.

A definição desse espaço obedece a diversos critérios, com particular destaque para os geográficos (proximidade, acessibilidade, hierarquia urbana, partilha de espaços comuns, etc), demográficos (população residente, estrutura etária, etc.) e educativos (essencialmente o conjunto de princípios anteriormente referidos). Contudo é necessário igualmente ter em conta outros critérios, tais como, sociológicos (por exemplo, relações de vizinhança), históricos (ex. existência de acontecimentos que marcaram as relações entre comunidades), políticos (ex. existência de estratégias específicas de desenvolvimento regional para uma determinada área; proximidades político-partidárias) e organizativas (ex. criação de projecto educativo comum).

Considerando quase todos estes aspectos “delimitamos” espaços em que consideramos que seria útil a existência de projectos educativos comuns, uma articulação organizativa entre os diversos níveis de ensino, mesmo que alguns tenham áreas de influência mais vastas (ex. secundário, 3º ciclo) e outras mais reduzidas (ex. pré-escolar). O espaço dessa utilidade de projecto comum é o que designamos por núcleos educativos.

Contudo o facto de considerarmos útil a existência de um projecto educativo comum, não é inevitável ou imperativo que assim aconteça: podem existir factores subjectivos e organizativos que não foram considerados na delimitação que fazemos; e os projectos educativos devem surgir de baixo para cima, como acto voluntário de docentes e órgãos de gestão, e não como uma imposição venha de quem for.

Insistimos, os núcleos educativos são espaços de referência que resultam da construção de um modelo de interligação e integração tendo como referência as variáveis anteriormente referidas. Não são mais nem menos do que isso mesmo.

Desta constatação resulta uma consequência: os espaços variam com as alterações quantitativas e qualitativas das variáveis e variam igualmente com qualquer refinamento do próprio modelo. Os núcleos educativos de hoje podem não ser os de amanhã. As dinâmicas alteram-se, as mobilidades e acessibilidades modificam-se e com eles os núcleos e a sua organização¹⁰.

Os núcleos educativos que aqui apresentamos são os que nos parecem adequados no momento presente tendo em conta as variáveis referidas¹¹.

Freguesia de Marateca¹²

#01 - CAJADOS

Abrange a localidade de Cajados

#02 - ÁGUAS DE MOURA

Abrange as localidades de Águas de Moura, Sesmarias Pato, Bairro da Margaça, Zambujal, Fernando Pó e Fonte Barreira

Freguesia de Palmela¹³

#01 - PALMELA

Abrange a localidade de Palmela e Barris (Quinta do Anjo)¹⁴

#02 - AIRES

Abrange as localidades de Aires, Padre Nabeto, Cabeço Velhinho, Baixa de Palmela, Volta da Pedra, Portal Branco, Palmela Gare, Pegarias, Samouco, Lage

#03 - BREJOS DO ASSA

Abrange as localidades de Brejos do Assa, Algeruz

#04 - LAU

Abrange as localidades de Lau, Areias Gordas

Freguesia de Pinhal Novo¹⁵

#01 - PINHAL NOVO

Abrange as localidades de Pinhal Novo, Pinheiro Grande e Castalheira

#02 - VENDA ALCAIDE

Abrange as localidades de Venda Alcaide, Vale Alecrim/v.Alcaide, Montinhoso, Batudes¹⁶

#03 - LAGOA DA PALHA

Abrange as localidades de Lagoa da Palha, Arraiados, Vale da Vila, Palhota, Valdera, Vale de Marmelos

#04 - CARREGUEIRA

Abrange as localidades de Carregueira, Fonte da Vaca, Espinhaço do Cão, Abreu Grande¹⁷.

#05 - TERRIM

Abrange as localidades de Terrim, Penteado

#06 - RIO FRIO

Abrange as localidades de Rio Frio

Freguesia de Poceirão¹⁸

#01 – LAGOA DO CALVO¹⁹

Abrange as localidades de Asseiceira, Forninho, Lagoa do Calvo, Aldeia Nova Aroeira, Pegos Claros

#02 - POCEIRÃO²⁰

Abrange as localidades de Lagameças, Poceirão, Faias

#03 – AGUALVA DE CIMA

Abrange as localidades de Passarinhas, Agualva de Cima

Freguesia Quinta do Anjo²¹

#01 - QUINTA DO ANJO

Abrange as localidades de Quinta do Anjo, Torneiros, São Brás, Carvalhos

#02 - CABANAS

Abrange as localidades de Cabanas, Vila Amélia, São Gonçalo

#03 - LAGOINHA

Abrange as localidades de Lagoinha, Olhos de Água, Vale de Touros, Quinta do Chapeleiro, Carrasqueira, Brejos Correteiros

#04 - BAIRRO ALENTEJANO

Abrange as localidades de Bairro Alentejano, Barra Cheia, Bairro Assunção, Bairro Marinheiro, Marquesa

Análise por Níveis de Ensino²²

Ensino Superior

Como foi referido na caracterização da situação é muito reduzida a presença de instituições universitárias no município. A presença local de instituições de ensino superior não surge como uma aspiração sociologicamente relevante.

As carências em níveis de ensino inferiores e a proximidade de Lisboa, um dos grandes centros nacionais de ensino superior justificam plenamente a situação anteriormente referida.

Tal situação, compatível com uma adequada gestão nacional de recursos de ensino superior, não invalida que não se tomem iniciativas de aproximação com instituições de ensino superior, públicas ou privadas, de ensino politécnico ou universitário, se revelarem qualidade e interesse em localizar-se no município. Pode haver de parte de algumas dessas instituições políticas de descentralização ou localização em outras regiões que sejam compatíveis com a localização no concelho de Palmela, relevando-se eventualmente como um valor acrescentado para o município (pelos impactes multiplicadores, pela nova população que atrai, pelas vantagens comparativas que pode trazer na qualificação de força de trabalho e na existência de equipamentos de investigação).

Também poderá ser interessante estabelecer protocolos com instituições de ensino superior visando a realização de cursos localmente ou a promoção de determinadas iniciativas²³.

Ensino Secundário²⁴

O ensino secundário actualmente existente encontra-se no núcleos Palmela - #01 e Pinhal Novo - #01 e neles deve continuar, não se propondo o seu aparecimento noutros núcleos.

Palmela - #01

- Na escola ES com 3º Ciclo, progressiva separação do 3º Ciclo e do Secundário
- Melhor aproveitamento dos espaços da ES (capacidade 42T) com

Quadros e Metas

oferta diversificado nos gerais e tecnológicos (rede actual) e conversão face à futura reforma curricular

Oferta de cursos 10^o+1 profissionalizantes

- Após o processo de separação anteriormente referido sugere-se que a ES inclua
formação pós-secundária: Escola Secundária Tecnológica
formação profissionalizante de nível III em articulação com o IEFP

Pinhal Novo - # 01

- Na escola ES com 3º Ciclo, rápida separação do 3º Ciclo e do Secundário
- Aumentar a capacidade da ES a 42 turmas.
- Construção dum pavilhão gimno-desportivo.

Em ambas as situações assumir a escola secundária como centro de recursos para a população jovem e como centro de formação ao longo da vida da população da freguesia.

Deve haver complementaridade nos cursos oferecidos nas duas escolas.

O Ensino Secundário é particularmente importante numa estratégia de desenvolvimento local. É-o como articulação do ensino básico e do ensino superior, é-o na formação de quadros intermédios de que o tecido económico tanto necessita, é-o na criação de alternativas de formação susceptíveis de densificar o tecido económico e criar novas alternativas ao jovens da região, é-o enquanto espaço de desporto e cultura capaz de se propagar à sociedade em que se insere. É-o ainda enquanto início de formação de uma intelectualidade capaz de repensar o espaço e as suas dinâmicas, capaz de promover diversas iniciativas.

Atendendo a que a oferta dos cursos do ensino secundário nas duas escolas dá uma resposta insuficiente, não há complementaridade entre as duas ofertas, o que origina uma mobilidade dos alunos para fora do concelho – observada através dos transportes escolares – é necessário fazerem-se reajustamentos.

Estes passam pela observação dos cursos que os alunos eventualmente escolhem quando vão para fora do concelho²⁵ e pelas eventuais necessidades experimentadas pela região²⁶.

Assim propõe-se:

1. Que as duas escolas em complementaridade ofereçam os Cursos Gerais dos quatro agrupamentos
2. Que em complementaridade ofereçam os cursos tecnológicos de Electricidade e Electrónica, Informática, Design, Administração, Animação Social e Comunicação.

Propõe-se ainda no secundário

Reforçar a componente profissional da acção educativa desenvolvida no secundário acentuando as intervenções das escolas secundárias na ligação à vida activa e à economia²⁷

Mas, a exemplo das iniciativas formativas já desenvolvidas nas escolas secundárias, há outras actividades formativas que poderão ser concretizadas. São cursos de ciclo mais curto e sujeitos aos modelos presentemente oferecidos pelo sistema. O seu êxito dependente da definição das actividades (indicam-se no ponto 2.3, algumas áreas de possível trabalho) e da boa escolha de entidades para realização dessas iniciativas sempre que possível em parceria (como tal partilhando as iniciativas). Genericamente as escolas secundárias devem ser incentivadas a melhorar a relação (e a colaboração) com o IEFP (tendo em conta o potencial de recursos que este organismo pode mobilizar), com as empresas²⁸ e com outros sectores da economia interessados.

Contribuir para aprofundar e melhorar a ligação entre as escolas e as empresas

Fazer as empresas e as entidades tutelares dos sectores em que se realizem iniciativas, participar directa e indirectamente nestas é, assim, uma orientação básica. Uma grande parte do trabalho realizado no quadro das iniciativas profissionalizantes deve ser o contacto com os sectores empresariais a que as acções se dirigem e que em última análise devem conhecer e utilizar como

fonte de recrutamento. É importante ter em conta que as empresas desconhecem sistematicamente a acção educativa-formativa, mesmo aquela que reclamam como necessária, como se referiu e documentou nas reuniões referidas.

Seria também de considerar-se a possibilidade de desenvolver projectos educativos centrados nas questões profissionalizantes.

Escola Profissional

Propõe-se a localização da Escola Profissional, com as características e conteúdos que se apresenta no respectivo ponto deste relatório, no núcleo Marateca - #02.

Básicas Integradas

Palmela - #02

Dada a expansão previsível de população e estudantes neste núcleo e a opção, já referida, por soluções integradas, é de prever, quando a evolução das urbanizações o justificarem, o aparecimento de um EBI (EB1,2,3,JI) com 16 turmas que abranja a faixa etária dos 3 aos 14 anos (4 + 10+2). Poderá justificar-se em alternativa, o aparecimento de uma escola (8 + 15 + 3).

Poceirão - # 02

Atendendo à localização de outros equipamento (tal como a Escola Profissional) este núcleo deverá funcionar como o centro de escolaridade básica das freguesias da Marateca e Poceirão.

Neste contexto e atendendo às dimensões estipuladas e aos critérios de planeamento propõe-se de imediato a construção de uma EBI com 23 turmas (8 + 15), podendo ser admissível EB1,2,3,JI (8+15+3).

2º e 3º Ciclos

Palmela - #01

Passagem dos alunos do 3º Ciclo da ES para a escola EB2,3 Hermenegildo Capelo.

Ajustar a capacidade desta escola às 30 turmas e ao funcionamento em regime normal, com actividades complementares.

Palmela - #2

Recorde-se a proposta de EBI.

Pinhal Novo - #01

Passagem dos alunos do 3º Ciclo da ES para a escola EB2,3 José Maria dos Santos.

Ajustar a capacidade desta escola às 30 turmas e ao funcionamento em regime normal, com actividades complementares.

Pinhal Novo - #01 ou #04

A forte pressão urbanística em Pinhal Novo com correspondente aumento da população em idade escolar, e a localização de outras escolas EB2,3 já existentes ou a surgir, aponta para o aparecimento no mediato de uma nova escola EB2,3 com 25 turmas ou no Pinhal Novo Norte ou no núcleo da Carregueira.

Pinhal Novo - #02

Sendo uma zona em crescimento e sendo necessário descongestionar Pinhal Novo aponta-se no mediato com a criação ou duma EB2,3 com 15 turmas ou uma EBI com 23 turmas (8 + 15) ou ainda um EBI,JI.

Poceirão - # 01

Reconversão do espaço do JI Asseiceira para outras actividades.

Poceirão - # 02

Recorde-se a proposta de EBI neste núcleo.

Quinta do Anjo - #01

Atendendo à evolução recente passada e previsível da população neste núcleo fazia todo o sentido que se tivesse optado por uma solução de EBI ou EBI/JI. Perante a constatação de facto de opções assumidas de JI e EB1 e as dificuldades de espaços contíguos às opções já tomadas, opta-se por uma EB2,3 com 25 turmas.

Escolas Básicas Mediatizadas

Encerrar as Escolas Básicas Mediatizadas, existentes em

Palmela - # 03

Poceirão - #01

Poceirão - #02

e transferir os alunos para as escolas mais próximas.

1º Ciclo e Pré-Escolar

Em relação a estes níveis de ensino três orientações globais:

- Progressiva passagem das crianças que frequentam as EPEIs para Jardins de Infância.
- É importante que as EB1 e as EB1,JI tenham, sempre que possível (espaços adequados já existentes ou a criar dentro das normas legais) ATL e Refeitório. É um aspecto fundamental de intervenção na elevação do nível de escolaridade da população local e do bem-estar das famílias.
- Todas as escolas a funcionar em regime normal

Tendo em conta estes aspectos e outros específicos de cada núcleo, refira-se a intervenção em cada um:

Marateca - #01

A EB1,JI continuar a oferecer 2+1

No mediato desactivação da escola velha, com eventual reconversão para outras actividades ligadas à educação, formação e cultura, e criação de uma nova escola EB1,JI 4+2.

Marateca - #02

EB1 n.º 1 de Águas de Moura (4) passar imediatamente ao regime normal.

No imediato a EB1 n.º 2 de Águas de Moura fazer oferta de JI (1 + H). Tratando-se de um núcleo de crescimento, não havendo possibilidade de ampliar a EB1 n.º 1, no mediato passagem destas instalações para outras actividades e construção de uma EB1,JI (4+2).

Palmela - #01

EB1,JI n.º de Palmela continua a oferecer EB1 e JI (4+2) e passar a regime normal.

EB1 n.º 2 de Palmela passar a regime normal (4). Quando se concretizar a proposta seguinte passagem desta escola para JI

Construção imediata de uma escola EB1,JI (8+3)

Palmela - #02

Recorde-se o já afirmado para este núcleo quanto à criação de uma EBI.

Construir de imediato uma nova EB1,JI (8+3) que dê resposta, junto com a EBI, às necessidades futuras do núcleo e que permita o encerramento das EB1 n.º 1 e n.º 2 de Aires.

Palmela - #03

Construir uma EB1,JI (4+2).

Quando concretizada a proposta anterior reconversão das escolas antigas para outras actividades.

Palmela - #4

Transformar a escola existente em JI.

Pinhal Novo - #01

EB1,JI de Pinhal Novo continuar 4+2.

EB1 n.º 2 continuar a funcionar só como EB1 e no futuro passar só a JI

EB1 n.º 3 passar a EB1,JI 6 + 2²⁹

EB1 n.º 4 passar a EB1,JI 12 + 3³⁰

Construção de duas novas EB1,JI, uma a norte e outra a sul, com 12+3 cada.

Atendendo ao actualmente existente (público ou privado) e à dinâmica da população, considera-se o reforço dos JI. Atendendo aos critérios de planeamento definidos pelo ME propõe-se que as carências existentes nesta matérias sejam cobertas por três JI com 6 salas cada. De acordo com os princípios já enunciados deve-se procurar a máxima proximidade às EB1.

Pinhal Novo - #02

Atente-se no anteriormente referido sobre a possibilidade de se optar por EBI em vez de EB2,3.

É de criar uma EB1,JI (8+3).

Transformar a EB1 Batudes em JI.

Pinhal Novo - #03

Reconversão da EB1,JI Vale da Vila a JI (2).

Continuação da EB1 Lagoa da Palha e da EB1 da Palhota nas condições actuais.

Reconversão em curso da EB1 de Arraiados.

No mediato construção de uma EB1,JI 4+3 para substituir de algumas das anteriores.

Aparecimento de uma nova JI(4)

Pinhal Novo - #04

Construção no mediato de uma EB1,JI 4+2.

Continuação imediata do funcionamento da EB1 da Carregueira. Após a concretização da proposta anterior estudar a sua melhor aplicação.

Pinhal Novo - #05

Criação de uma EB1,JI 4+2. Chama-se a atenção que havendo possibilidades de forte urbanização neste núcleo, face ao tempos de construção previstos deve ter-se em conta o rácio por 1000 fogos que se faz referência neste capítulo (ver “Observações Complementares”).

Poceirão - #01

A EB1,JI de Lagoa do Calvo (1+3), a EB1 de Aldeia Nova (1) e Aroeira, a EB1 do Forninho (1) e a EB1 de Fonte Barreira continuarem a funcionar nos mesmos moldes.

Construir uma EB1,JI (4+2). Após esta construção a EB1 de Aldeia Nova e Aroeira e a EB1 do Forninho poderão ser reconvertidas em JI ou em outras actividades.

Poceirão - #02

Atente-se no anteriormente proposto: EBI.

A EB1 n.º 1 de Poceirão deve passar a JI (4)

Transformação da EB1 n.º 2 de Poceirão para outras actividades.

EB1 de Lagameças passar a JI(2)

Poceirão - #03

População escolar deste núcleo deve ser encaminhada para Poceirão - #02.

Quinta do Anjo - #01

Comece-se por recordar o afirmado para este núcleo a propósito do EB2,3.

Constatam-se as seguintes opções já assumidas:

- a EB1 n.º 1 funcionará só como ATL ou outras actividades
- na EB1 n.º 2 está em curso a implantação do Centro de Artes Tradicionais
- já está em curso a construção de uma escola EB1,JI (12+3)³¹

Face às opções já tomadas propõe-se a criação de JI (4) respeitando os princípios gerais já definidos.

Quinta do Anjo - #02

EB1,JI de Cabanas deve passar a JI (3)

Construção imediata de uma EB1,JI (8+3).

Quinta do Anjo - #03

Converter a EB1 n.º 1 de Olhos de Água para outras actividades.

A EB1 n.º 2 de Olhos de Água passar a JI (2)

No imediato são necessárias quatro salas do 1º Ciclo e 2 de JI. Dada a dinâmica populacional desta região é de prever que essas necessidades evoluam para 8+3. Neste contexto propõe-se construir uma EB1,JI que pode ser desde já dimensionada em 4+2, carecendo no futuro de ampliação, ou criação desde já com a dimensão 8+3.

Quinta do Anjo - #04

Manter a EB1,JI (2+1) passando progressivamente a regime normal.

No mediato construção de uma EB1,JI (4+2).

Estimativa de Custos

De seguida apresenta-se uma estimativa, na base em valores médios, para as novas construções. Estas estimativas constantes de documentação do ME tem em conta a situação nacional e resulta de uma análise retrospectiva. É fortemente de admitir que na região de Lisboa e no futuro os custos efectivos sejam mais elevados. Estes dados são indicativos para as propostas anteriores:

Tipologia	Área Bruta	Custo
EB1/JI (4+2)	860	350.000 €
EB1/JI (4+3)	980	400.000 €
EB1/JI (6+2)	1300	520.000 €
EB1/JI (8+3)	1500	600.000 €
EB1/JI (12+3)	2000	800.000 €
EBI - 14 turmas (4+10) *	4100	1.850.000 €
EBI/JI - 16 turmas(2+4+10) *	4300	1.950.000 €
EBI - 23 turmas (8+15) *	5300	2.400.000 €
EBI/JI - 25 turmas (2+8+15) *	5600	2.550.000 €
EB 2,3 - 15 turmas *	3800	1.750.000 €
EB 2,3 - 20 turmas *	5100	2.300.000 €
EB 2,3 - 25 turmas *	5800	2.600.000 €
Esc. Profissional (nível II) *	4200	1.900.000 €
500 alunos (8,5 m2/aluno)		
Pavilhão Gimnodesportivo (EB 2,3 c/ Sec.)	2000	800.000 €

Notas:

As áreas brutas indicadas referem-se a escolas a funcionar em regime normal (turno único: 1 turma = 1 sala de aula normal).

Os custos indicados referem-se exclusivamente ao custos dos edifícios, não incluem custos para arranjos exteriores.

** Sem instalações cobertas para a disciplina de educação física e para o desporto escolar.

Visão espacial de conjunto

Uma visão espacial de conjunto é dada pela carta seguinte:

Agrupamentos

A constituição de agrupamentos exige ter em atenção diversos aspectos, de que salientáramos a “distância” entre as escolas e a aceitação de linhas comuns, de convergência nos planos pedagógicos das escolas envolvidas.

A medida dessa “distância” deve ser a intensidade das relações institucionais, pedagógicas, culturais e científicas existentes entre elas, podendo-se eventualmente medir pela inversa da média geométrica das relações existentes entre as escolas. Muito provavelmente a distância geográfica e as vias de comunicação influenciarão essa distância sociológico-educativa, mas não será o único elemento a ter em conta.

Por outro lado tem de haver o reconhecimento pelos actores de que faz sentido integrar-se numa relação com outras escolas.

Significa isso que os núcleos educativos anteriormente referidos podem dar lugar a agrupamentos (um ou vários núcleos), mas também podem não dar. Qualquer decisão administrativa nesta área transforma a criatividade em procedimentos burocráticos rotineiros.

O fundamental são os projectos educativos. O Projecto Educativo é uma espécie de contrato estabelecido entre vários parceiros da comunidade educativa, tendo em vista a realização de objectivos articulados num projecto integrador, com a sua dinâmica própria, potencializando orientações educativas e recursos locais e nacionais

O Projecto Educativo contribui para a progressiva autonomia de cada estabelecimento escolar e para a construção da sua identidade própria, na medida em que o torna responsável pela realização de um projecto integrador para o qual contribuirá a acção de todos os protagonistas.

A escola deve estabelecer a sua planificação a partir de uma "carta de princípios", que consiste num conjunto de medidas de "política" da Escola que servem de base a um plano de acção onde é especificado o que deve ser feito, quando, como e por quem deve ser feito.

Este "plano de desenvolvimento" deve ser enformado pelos documentos estruturantes que tipificam a identidade da instituição educativa como sejam o Plano Anual de Actividades, Regulamento Interno e Projecto Curricular de Escola.

A consecução do Projecto Educativo pressupõe o envolvimento e co-responsabilização de toda a comunidade educativa, ou seja, de todos os que se relacionam, directa ou indirectamente, com a educação das crianças e jovens que frequentam uma determinada escola.

Associado à quebra do isolamento das escolas, à articulação de iniciativas, à existência dos referidos projectos comuns surge um conjunto de incumbências administrativas desempenhadas pelos agrupamentos. Se tal facto pode surgir, em grande medida como inevitável e até positivo (pois essa actividade burocrática abre possibilidades de tronar mais efectiva a cooperação), é importante, como por vezes tende a acontecer com alguns dos autores, que essas funções administrativas não sejam sobrestimadas, em prejuízo do que é decisivo, e que sejam dados recursos para o exercício dessas actividades.

Territórios Educativos

É sabida a importância da localização dos serviços em geral: *“As concepções de desenvolvimento não podem deixar de ter em conta a produção e o seu crescimento; simplesmente, devem tê-los como instrumentos, como meios, para atingir de forma mais válida os fins que vêm a traduzir-se na disponibilidade dos bens e serviços básicos por parte das populações em condições de acesso não discriminatório.* Sendo assim, uma condicionante fundamental do desenvolvimento vai encontrar-se na forma como se localizem os equipamentos terciários, visto que nessa localização e na acessibilidade a ela vamos encontrar as condições necessárias para que se verifique não-discriminação na disponibilidade de bens e serviços básicos”³²

É sabido a importância que a territorialização tem assumido nas políticas educativas, enquanto passagem do central para o local, sem contudo haver unanimidade na terminologia utilizada e nas formas mais adequadas de promover esse processo ora de desconcentração ora de descentralização da educação, particularmente da sua gestão. Já tivemos oportunidade de abordar esta questão.

É sabido que os usos e costumes fazem parte das regras de convivência entre os homens, e que o apego a certas designações e palavras condicionam emotiva e racionalmente a abordagem que se faz da realidade e das formas da sua transformação.

Da conjugação destes três factores resulta o hábito de se falar dos territórios educativos como áreas de influências das escolas do ensino básico (do 3º Ciclo, já que é este que tem mais vasta influência geográfica). É certo que do ponto de vista legal os Territórios Educativos têm tanta validade quanto os núcleos educativos que tratamos anteriormente, mas não deixam de ser uma referência a ter em conta, não tanto para regular acções, mas para orientar análises.

Com este entendimento podemos considerar cinco “territórios educativos” no concelho de Palmela. Apesar desta constatação não é fácil delimitar cada um deles por três razões fundamentais:

Desde sempre a determinação das áreas de influência dos serviços levantaram problemas e no concreto os modelos geométricos que procuram evitar sobreposições de espaços de diferentes centros são incapazes de dar uma resposta totalmente satisfatória;

Será conveniente fazer um cruzamento entre as áreas de influência de ensino básico com a divisão administrativa do concelho (freguesias):

Ficaram em aberto diferentes hipóteses de localização do EB2,3 na freguesia de Pinhal Novo.

Apesar destas dificuldades, tomando como base os núcleos anteriormente definidos podemos considerar

- TE #1: Território Educativo de Marateca-Poceirão, englobando todos os núcleos dessas duas freguesias
- TE #2: Território Educativo da Vila de Palmela, englobando o núcleo #01 de Palmela
- TE #3: Território Educativo de Aires englobando os núcleos 2, 3 e 4 de Palmela
- TE #4: Território Educativo de Quinta do Anjo, englobando todos os núcleos educativos dessa freguesia
- TE #5: Território Educativo da vila de Pinhal Novo, englobando os núcleos 1, 4, 5 e 6 de Pinhal Novo
- TE #5: Território Educativo de Venda do Alcaide, englobando os núcleos 2 e 3 de Pinhal Novo.

Na Tabela B3 apresentam-se os dados sintéticos dos TEs para 2001 e 2011³³.

Esta tabela apresenta um exercício possível face às dificuldades inventariadas. Mas mais do que analisar as diferenças entre as diversas hipóteses alternativas interessa ter em atenção o que elas têm de comum, o que constitui matéria segura: aumento da população, aumento da procura de estruturas de ensino³⁴.

Observações Complementares

Para terminar este ponto, três observações complementares.

A primeira tem a ver com a referência a propostas imediatas e mediatas. Por vezes utiliza-se essa terminologia e é conveniente precisar o seu significado.

Fala-se em propostas imediatas para referir aquilo que deveria existir em 2001 para que a população fosse plenamente servida com uma educação-formação de qualidade no contexto nacional³⁵. Estando-se já em meados de 2002 será desnecessário referir a premência que está associada à designação de «imediato». Fala-se em propostas mediatas para referir aquelas que serão necessárias futuramente, seja para melhorar a qualidade de ensino, mantendo-se tudo o resto constante, ou para manter a qualidade exigida na proposta imediata face à evolução previsível de alguns dados (população, alterações legislativas, etc.)

Falar-se em «imediatas» e «mediatas» não significa que não haja a decisão política de em muitos casos se optar imediatamente pelas propostas mediatas, seja porque se tem a ousadia de se desejar desde já padrões mais elevados de qualidade, seja porque os custos em avançar desde já para o «mediato» é menor, seja porque é quase garantida a evolução em determinado sentido de algumas das variáveis com alteração previsível.

No entanto deve-se ser prudente: a população em Palmela, entre outros aspectos, pode ter dinâmicas de difícil previsibilidade, chamemo-lhes aleatórias. Com efeito podem surgir urbanizações que alterem as previsões possíveis no momento presente. Por isso é importante que se estabeleça uma relação que entre novos fogos e escolas. Essas exigências serão tanto mais mediatas ou imediatas conforme as datas de início de construção desses fogos.

Segundo as estimativas do agregado familiar para o concelho de Palmela³⁶, **cada 1000 novos fogos carecem de**

- 2 a 3 salas de JI
- 4 a 5 salas de 1º CEB
- 7 salas de 2º/3º CEB

Podendo-se apontar para cada 2000 fogos a necessidade de uma Escola Básica Integrada com 25 salas.

A segunda tem a ver com as creches.

As questões anteriormente referidas abrangem do pré-escolar ao secundário, englobando a formação, tendo ficado de fora desta leitura o apoio às crianças antes do pré-escolar. E, no entanto, as carências de apoio às crianças e respectivas famílias para as idades de 0 a 3 anos são muito grandes³⁷.

Dadas as grandes debilidades ainda existentes no pré-escolar considera-se que é de concentrar aí os recursos. No entanto seria de encarar iniciativas de promoção social das amas e apoio à sua actividade.

A terceira é para reafirmar uma ideia expressa em diferentes passagens deste documento mas que nunca é de mais referir, dada a tendência de nos fixarmos no que apenas é ilustrativo, pontual ou fugaz.

O conjunto das propostas apresentadas anteriormente formam um todo e a necessidade de ajustar esta ou aquela parte desse todo não o põe em causa.

Somos mesmo da opinião que

- a concordância pela maior parte dos intervenientes no processo educativo da totalidade da proposta, medida pelos seus princípios orientadores e propostas mais estruturantes é imprescindível;
- a unanimidade em relação a todas e cada uma das propostas parcelares anteriormente apresentadas é impossível³⁸ e indesejável³⁹.

Qualidade de Ensino

«Pré-Escolar, um Direito das Crianças»

Os Jardins de Infância resolvem um problema social muito sentido pelas famílias, particularmente onde o trabalho feminino assume uma grande relevância relativa: onde deixar as crianças? Ao resolver esta questão das famílias está-se simultaneamente a criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento psico-somático das crianças.

Contudo esta não é provavelmente a vertente mais importante da existência de Jardins de Infância adequadamente apetrechados e com pessoal docente com formação e espaços adequados. O essencial são os impactos sobre a formação da personalidade e os efeitos ao longo da vida que a educação pré-escolar proporciona. Comprovam-no diversos estudos.

O Pré-Escolar é um direito das crianças e como tal deve ser entendido pelas famílias e pelas instituições.

Deve-se desenvolver um conjunto de iniciativas informativas e outras que promova a ideia da pré-escolarização, conducente a um maior reconhecimento da importância deste nível de ensino pela população.

Combate ao insucesso escolar e à marginalização juvenil. Dinamização das actividades de apoio educativo

Os diferentes dados de situação sobre a escolarização no concelho de Palmela indicativos de baixas taxas de escolarização, as problemáticas inventariadas e tratadas pela Comissão de Protecção de Menores, as próprias condições económicas e sociais da população, exigem-nos um olhar atento sobre as questões do insucesso e da marginalidade.

A consideração das escolas em núcleos educativos; as propostas do funcionamento das escolas em regime normal; a intervenção proposta na área dos ATL, Centros de Recursos, Refeitório, Bibliotecas, Actividades de Apoio Educativo, Espaços de Desporto e Lazer; a garantia da escolaridade básica no concelho/freguesia; e a criação de outras alternativas de escolarização/formação, são vertentes que podem ajudar a minimizar estes dois aspectos tão importantes para melhorar a qualidade de vida das populações.

No entanto há que

1. Potenciar a intervenção da Comissão de Protecção de Menores (CPM):
2. Inventariar em pormenor as dificuldades estruturais da CPM e resolvê-las
3. Articular a CPM (e as estruturas que a integram), as diferentes estruturas educativas/formativas, empresas, a C.M.P., estruturas de apoio psicológico, social, através de parcerias e/ou protocolos de molde a surgirem planos integrados de acções a desenvolver, a curto prazo e a médio prazo.
4. Um debate da problemática da inclusão social e da não exclusão escolar que se reflecte na marginalidade.
5. Motivar trabalhos sobre a realidade social local, articulando-os com novas formações a surgirem no quadro da formação profissional de nível III e IV.
6. Interessar estruturas de ensino superior em estudos de caso sobre esta realidade que apoiem a actividade diária e perspectivem a intervenção política a este nível da Câmara.
7. Criação de um prémio à volta desta temática

Atenção às actividades gímnicas

A Escola é o lugar por excelência para o desenvolvimento e dinamização de práticas desportivas em ambiente educativo. Uma escola que não tenha condições, sejam humanas ou de carência e estruturas físicas e equipamentos, para proporcionar aos alunos que a frequentam a prática da educação física e do desporto não se pode considerar como uma escola completa.

A Educação Física e o desporto constituem, para os alunos, formas de expressão que, para lá de contribuírem para o seu aperfeiçoamento, são um meio de aceder ao seu próprio conhecimento e à descoberta de cada um.

Torna-se imperativo que o apetrechamento das instituições educativas com espaços adequados para a prática gímica e desportiva seja considerado como prioridade no plano da modernização do sistema educativo.

O obsoletismo ou a insuficiência de equipamentos destinados à prática da Educação Física ou do desporto, com especial incidência nas escolas EB1, tem constituído uma constante e justa fonte de reivindicações por parte dos responsáveis pela direcção das escolas, dos docentes e dos organismos seus representantes que, justamente, consideram a inexistência de tais recursos factor condicionante da qualidade educativa, já que inviabiliza a possibilidade de proporcionar a todos os alunos uma vivência escolar global e, por isso, verdadeiramente educativa.

Acresce, que as orientações curriculares que neste momento enformam a reforma educativa em curso dão um especial ênfase a uma perspectiva integral e integradora da educação que não só não considera despreciando o relevo a ser dado à componente sensória motor, como recomenda a estimulação dessa área desde a educação pré-escolar.

Neste contexto torna-se importante o apoio à educação físico-motora de forma a permitir às crianças que frequentam os estabelecimentos de educação e de ensino tenham acesso a uma actividade física educativa com carácter regular e sistemático.

Sendo verdade que a Câmara Municipal tem tido um esforço enorme no desenvolvimento de projectos que envolvem as mais diversas modalidades desportivas e gímnicas com iniciativas de grande criatividade

e mobilização, é também verdade que esta vertente reveste em qualquer comunidade uma tal importância que só por si justifica uma proposta nesta CE.

Deste modo propõe-se a continuação da actividade desenvolvida e a sua articulação com as restantes propostas da Carta Educativa.

Propõe-se ainda o aparecimento de animadores desportivos, para o que poderá ser oportuno a criação dessa formação numa das escolas secundárias e o acordo de iniciativas com as instituições universitárias que no País trabalham na área do desporto.

Presença da interculturalidade no funcionamento das escolas. Cursos de Língua e Cultura Portuguesas.

No Município existem grupos sociais de muito diferentes proveniências, marcados por práticas culturais próprias, algumas das quais têm surgido com estruturas próprias de ensino.

Impõe-se o respeito pela diversidade, mas impõe-se essencialmente a capacidade de dialogar com o outro, reconhecer à diferença uma legitimidade igual à semelhança. Promover um ambiente de interculturalidade é simultaneamente uma atitude de melhor conhecimento da nossa cultura greco-latina e das nossas práticas quotidianas.

Estimular um programa de educação intercultural na Escola é, concretizar o princípio da igualdade no acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência, assegurando-se, assim, o direito à diferença e a consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas representados nas populações servidas pela Escola.

Para além desta atitude é de promover acções que facilitem o diálogo intercultural, como a realização de cursos de língua portuguesa e de cultura portuguesa para estrangeiros, a eventual realização de cursos sobre outras culturas e línguas para portugueses.

Gosto pelas Matemáticas e pelo Português.

A Matemática e o Português são matérias em que os alunos dos diversos níveis de ensino encontram grandes dificuldades e apresentam grandes deficiências.

Intervir em qualquer uma destas áreas é contribuir para a articulação entre os diversos níveis de ensino, aumentar a coerência do sistema educativo, promover a experimentação educacional, eventualmente interligar com projectos de investigação universitária (Bilinguismo, Sociolinguística, Etnomatemática).

Por estas razões seria interessante uma experiência nestas áreas, começando-se por inventariar a situação e propor intervenções visando uma melhoria do ensino-aprendizagem nestas disciplinas.

Generalização dos sistemas informáticos nas escolas e consolidação da ligação e funcionamento da Internet. Acessibilidade e desenvolvimento de bibliotecas digitais e mediatecas.

Os computadores são uma presença necessária em todas as escolas, tendo que desempenhar diversas funções:

De gestão.

Cada vez mais se caminha para que toda a gestão das escolas (das inscrições à contabilidade, dos horários à biblioteca, etc.) se realize com a utilização do computador.

De ensino e aprendizagem.

A utilização do computador na sala de aula ou como fonte de informação e tratamento desta é um processo que deve estar em permanente ampliação e é um processo inacabado pois sempre surgirão novas possibilidades. Será de admitir uma utilização dos recursos informáticos tanto mais intensa quanto o nível de ensino, mas sem exclusão de nenhum.

De Entretenimento.

A dimensão lúdica da utilização do computador é legítima e é uma via eficaz de aprendizagem e empenhamento na utilização do computador, podendo essas aquisições de conhecimento e capacidade de manuseamento serem aproveitadas na função de aprendizagem.

De avaliação da qualidade e monitorização.

Será através das informações provenientes das diversas escolas de uma forma periódica, em resultado dos seus actos de gestão e de autoavaliação que se poderá criar de forma duradoira uma base de dados descentralizada.

De ligação à comunidade.

Na abertura das escolas ao meio envolvente e disponibilização de espaços e equipamento à comunidade em que se insere o computador é uma peça importante.

Esta utilização generalizada da informática exige:

1. Equipamentos informáticos
2. Ligações à Internet
3. Formação de utilizadores
4. “Gestores de sistema” de nível municipal que dêem apoio às escolas.

Para além destes aspectos, aplicáveis a praticamente a todas as realidades locais, há outros que tornam esta questão particularmente prementes para a região:

- De acordo com as orientações para o desenvolvimento da região de Lisboa a existência e utilização da tecnologia de ponta, o domínio pleno das novas tecnologias, a participação em redes entre instituições, docentes e professores situados em diversos países, nomeadamente europeus, são aspectos importantes para o futuro da região, para o crescimento da sua competitividade.
- São grandes as carências locais em bibliotecas e mediatecas, peças fundamentais para o desenvolvimento cultural das populações. O acesso a bibliotecas digitais não supera aquelas carências (que devem ser resolvidas pelo acesso das populações locais a mais e melhores bibliotecas) mas pode atenuar as dificuldades.

Acrescente-se ainda – e o facto de ser citado em último lugar não significa que seja menos importante – que para haver uma monitorização plena é fundamental que todas as instituições de ensino estejam informatizadas e que os diversos sistemas e equipamentos estejam ligados entre si.

Melhoria quantitativa e qualitativa aos alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Todos somos diferentes e essas diferenças manifestam-se na forma como aprendemos e ensinamos. Diferença, no entanto, não deve ser sinónimo de hierarquia e de desigualdade mas sim de diversidade.

As múltiplas diversidades geográficas, educativas, socio-culturais, cognitivas, físicas e emocionais continuam a construir uma questão pedagógica central, no que se refere à democratização da escola e à implementação do sucesso escolar.

É necessário ter em atenção as diversidades que caracterizam os públicos escolares, de modo a facilitar a integração e as aprendizagens dos "mais diferentes". Porque não há alunos iguais, face aos seus ritmos, aos seus estádios de desenvolvimento, às suas experiências torna-se necessário criar condições e meios de aprendizagem adequados e diversificados.

O ensino integrado das crianças com dificuldades de aprendizagem e com deficiências pode contribuir para o progresso das aprendizagens de todos e, não só, cria condições facilitadoras da integração no grupo como, também, facilita a integração na sociedade daqueles que denotam mais dificuldades.

As experiências que têm vindo a ser concretizadas vão no sentido da integração (escolar e na comunidade) dos alunos com insucesso escolar e das crianças com "deficiências" ou "em risco", consubstanciando-se através da criação de espaços alternativos (áreas polivalentes, ateliers, centros de interesse, laboratórios pedagógicos), da adaptação dos programas curriculares e de programação interdisciplinares, articulando, por vezes, as temáticas curriculares com cursos profissionais (como é o

caso do curso de hotelaria e manutenção hoteleira) além dos núcleos de atendimento e de gabinetes de apoio pedagógico.

Ampliação da intervenção dos Serviços de Psicologia e Orientação

Só as escolas secundárias possuem serviços de psicologia e orientação. No entanto as suas funções, consignadas na lei, são importantes para jovens frequentando outros níveis de ensino.

Sendo desajustado ter um Serviço destes por escola, sugere-se que os actualmente existentes, eventualmente com algumas adaptações, tenham áreas de intervenção que envolvam o apoio a todas as escolas do concelho.

Seria igualmente importante que estes Serviços pudessem prestar aconselhamento aos alunos e famílias sobre os percursos possíveis após o 9º ano.

Ações de intercâmbio com unidades estrangeiras de educação/formação. Participação das Escolas Secundárias em redes internacionais.

A integração de professores, alunos e investigadores em redes pedagógicas e científicas internacionais, eventualmente lúdicas, é mais do que uma relação de comunicação. É uma nova forma de estar na vida; é a tomada de consciência que ao mesmo tempo se é cidadão do país e da região, por um lado, e do mundo; é a capacidade de ser confrontado com problemáticas e situações que estavam fora dos nossos horizontes da experiência quotidiana; é o aumento das possibilidades de aprendizagem e de ensino com e para os outros; é a descoberta de novos caminhos do futuro (desde o acesso imediato a informações situadas em qualquer biblioteca integrada na rede mundial aos horizontes do teletrabalho).

É por isso que tanto se insiste, quando se fala na adaptação das capacidades humanas à actual mundialização das sociedades, na integração das pessoas e das instituições em redes internacionais.

Como já se referiu a propósito da informatização é conveniente que haja uma preocupação específica nas escolas em desenvolver esta forma de comunicação, em encontrar redes internacionais em que faça sentido participar, em explorar também nesta vertente acordos e geminações.

Aumento da Participação dos Docentes na Vida das Escolas

O inquérito realizado aos docentes revelou um «receio» em dar opinião sobre os órgãos de gestão da escola, sobre aspectos de funcionamento do mesmo. Numa região urbana, desenvolvida, num contexto de dinâmicas participativas, essa atitude revela-se um pouco «estranha» e bastante preocupante.

Esta situação deve constituir-se como um problema para os órgãos de gestão das escolas promovendo acções que integre mais os docentes na vida da escola, começando por partilhar um conhecimento pormenorizado da situação e das problemáticas e continuando na criação de comissões em que possam participar.

Práticas Autoavaliativas da Qualidade de Ensino

As escolas conhecerem-se e conhecerem as realidades sociais com quem estabelecem relações é indispensável para a elaboração do projecto educativo, parte integrante do processo de autonomia para uma mais adequada gestão dos recursos humanos e físicos, certamente escassos.

A monitorização também exige que as escolas tenham conhecimento de si próprias e divulguem esses dados.

A sociedade cada vez mais exige conhecer como funcionam as instituições que são financiadas pelo erário público, e eventualmente influenciar a sua dinâmica.

São razões suficientes para se criarem em todas as escolas do 1º Ciclo ao Secundário uma prática habitual de avaliação da qualidade de ensino:

1. A autoavaliação é desenvolvida pelas próprias escolas com criatividade e iniciativa

2. É um processo regular e continuado conforme as matérias observadas que conduzirá a uma aprendizagem das próprias instituições. A rotatividade do corpo docente pode criar rupturas ou ruído na informação, mas também é susceptível de trazer inovação.
3. Existem hoje técnicas de avaliação e registo que aconselham a promoção de acções de formação neste âmbito.
4. O âmbito e conteúdo da avaliação deverá ser tanto maior quanto o nível de ensino

Propostas na área da formação profissional

Ao tratar-se dos equipamentos e da educação fizeram-se referências à formação, particularmente chamando-se a atenção para a importância do **ensino tecnológico** (áreas tecnológicas no secundário, cursos tecnológicos) e da constituição de uma **escola profissional** preenchendo uma dupla função: dar resposta a imperativas necessidades do município e da região em que se insere e contribuir para o desenvolvimento local.

Núcleo de Formação Profissional

No relatório anterior foi insistentemente afirmado que já há muitas estruturas actuando na formação profissional e no mercado de trabalho e que mais do que criar novas estruturas há que articular o existente:

“Assim, tendo em conta este diagnóstico a economia, a demografia e os recursos educativo-formativos da região e, também, a própria tradição de intervenção da Câmara de Palmela em matéria de formação, propõe-se que esta acção se oriente, essencialmente, para a “mobilização” das estruturas já existentes de forma incremental, ou seja desenvolvendo progressivamente uma actividade em que a interacção entre entidades e actores constitui o elemento chave.”

Assim, no âmbito do Gabinete de Gestão do PEFCP, a que já fizemos alusão cuidada, deverá ser constituído – atendendo às suas especificidade em relação à educação, à menor experiência da Câmara Municipal e à grande importância da formação para o futuro da sociedade e do bem estar das populações – um **Núcleo de Formação Profissional** que tem como seu principal objectivo promover a formação profissional no município através do conhecimento da situação, do diálogo institucional e do acesso a fontes de financiamento.

O conhecimento da situação exige, para além de um conhecimento genérico sobre estas problemáticas em Portugal e na União Europeia, a inventariação das “instituições” existentes, a atenção ao mercado (local, regional e nacional) de força de trabalho e às estratégias de desenvolvimento na região da Grande Lisboa, na Península de Setúbal e no município de Palmela, o reconhecimento das necessidades de formação. Será certamente conveniente que na monitorização se tenha em conta estas diversas vertentes da formação.

O diálogo institucional exige triangulação entre “instituições” de formação, entidades políticas e consumidores (empresas e famílias). Exige conhecimento mútuo e articulação de esforços entre escolas, empresas, centros de formação, centros de emprego e redes para o emprego e a formação (sendo importante a Rede Regional para o Emprego na Península de Setúbal). Exige dar uma grande atenção à informação:

Torna-se essencial criar condições para a formação “sensibilizando” os jovens que estão em condições de a utilizar, muitos dos que abandonam o sistema escolar. Existem programas de sensibilização para as profissões (ver projecto “conhecer para melhor escolher”), desenvolvidos pelos centros de emprego do IEFP, que visam através de visitas dos conselheiros de orientação profissional às escolas, “sensibilizar” os jovens para o acesso a profissões menos prestigiadas, mas de grande empregabilidade.

Considera-se, no entanto que é sempre de grande delicadeza entrar nas escolas para sensibilizar os jovens para ingressarem em cursos de formação profissional, porque há o risco de fomentar o abandono escolar. É assim muito importante que este trabalho se faça num quadro de cooperação entre os centros e as escolas secundárias para análise dos abandonos e acompanhamento dos

jovens que já saíram da escola (Entrevista com a directora do Centro de Emprego de Setúbal, Dr.^a Virgínia Bacalhau; Centro de Emprego de Setúbal; 29/6/01).

Ainda no âmbito da orientação escolar e profissional o IEFP desenvolve a “Feira das Profissões”, nas férias, c/ ateliers para os jovens desenvolverem actividades. Este seria uma forma de, nalguns momentos e locais seleccionados, realizar o trabalho também em Palmela.

Mesmo para os alunos que vão prosseguir estudos a familiarização com as tecnologias é importante para evitar o enviesamento da procura juvenil para as áreas de serviços. Há realizado em Portugal um programa de divulgação (a iniciação) às tecnologias realizado por alguns centros tecnológicos em colaboração com escolas que tem dado resultados significativos (programa “Pense Industria”). Recomenda-se a sua realização em todas as escolas em que seja possível porque ele permite, também, melhorar o carácter experimental do ensino.

(...)

Neste mesmo sentido a Câmara Municipal pode mobilizar recursos de divulgação, quer nas suas publicações periódicas, quer realizando depliants específicos, para alcançar os públicos referidos. Uma outra fonte de divulgação é a própria rádio que pode desenvolver o conhecimento de actividades selectivamente para os públicos referidos. Uma forma de apoiar as rádios locais é o suporte de programas dirigidos à divulgação dos cursos e oportunidades de emprego para jovens com formação profissional. Não devem aqui ser esquecidas as empresas que recebem jovens em estágio ou que apresentam necessidades de pessoal que de facto valorizam e incentivam a procura das acções de formação.

O acesso às fontes de financiamento exige conhecer as possibilidades da sua existência e ter a iniciativa de o obter, tendo em conta as necessidades reais da região:

As actividades indicadas serão de realizar tanto quanto possível sob financiamento dos programas operacionais do Quadro Comunitário de Apoio. Em particular a ligação ao IEFP e à Rede Regional para o Emprego da Península de Setúbal poderá proporcionar algum acesso a iniciativas suportadas por aquele financiamento. É, no entanto, de referir que se identificaram actividades que, na generalidade, essencialmente potenciam estruturas existentes sendo portanto o investimento inicial reduzido ou menos expressivo.

Em algumas situações será interessante este Núcleo de Formação Profissional obter trabalho voluntário, aproveitando quadros com grande experiência disponíveis e interessados em colaborar.

Escola Profissional

O seu funcionamento tem de obedecer, como não podia deixar de ser, aos imperativos legais, mas estes devem ser mais encarados como quadros de referência e limitações do que indicativos de comportamento. As regras fundamentais para o seu funcionamento são

- flexibilidade
- articulação
- experimentação.

A formação profissional tem dinâmicas de evolução muito grande, pois mudam os contextos sociais, o mercado de força de trabalho, as prioridades nas estratégias de desenvolvimento local. As carências de formação sentidas hoje podem ser obsoletas amanhã. Há um permanente oscilar entre os imperativos de formação teórica, permitindo a adaptação a múltiplas situações com que os trabalhadores se vão confrontar, e as necessidades imediatas do saber fazer.

Flexibilidade significa ser “escola profissional” ou ser “escola oficina”. Significa poder facilmente passar de umas formações para outras conforme as necessidades de oferta e procura de força de trabalho e as prioridades nas estratégias de desenvolvimento local. Significa ter a capacidade de estar atenta à realidade envolvente e ter a capacidade de em cada momento dar as respostas que são consideradas mais adequadas. Significa a capacidade de promover acções pontuais de animação técnica em simultâneo com

outras formações de mais longo prazo. Significa ter uma organização que permita reunir experiências e interesses diversos.

A articulação significa essencialmente capacidade de estar predominantemente aberta ao exterior, pautando as suas iniciativas pela interacção entre a sua dinâmica interna com a multiplicidade de dinâmicas externas. Significa capacidade de diálogo com todas as estruturas, organizações e pessoas que de alguma forma estejam relacionadas com a formação profissional. Significa possibilidade de promover iniciativas com outras estruturas.

A experimentação significa, como em muitas outras propostas constantes deste documento, o arrojo de promover diversas iniciativas, assumindo o risco da sua aceitabilidade e importância assente na capacidade de mudança perante os resultados que sejam apurados. No documento de análise de situação chama-se a atenção para muitas temáticas possíveis das acções de formação, seja atendendo à oferta, seja atendendo à procura, seja atendendo às características da região e às lógicas de sua transformação. Certamente que muitas outras possibilidades poderiam ter sido referidas, perante recursos escassos e diferentes prioridades temporais há que ousar experimentar, inovar, auto-avaliar e prosseguir os casos que revelem maiores potencialidades.

Pode ser interessante invocar possíveis áreas de formação desde que tenhamos em conta que são exemplos válidos hoje (mas que podem não o ser amanhã) e que algumas das formações esgotam as possibilidades de integração na vida activa regional após alguns anos de formação (exigindo-se a mudança para outras formações).

Para esse efeito recorde-se a síntese que foi feita no relatório anterior:

Das diversas actividades interessantes que se podem identificar na economia local e das que foram referidas fez-se uma síntese que se indica:

(a) Formação inicial para profissões qualificadas.

Cursos de 1 ano (9.º ano + 1) para profissões tradicionais e artesanais na cerâmica queijo, pão e vinho (também eventualmente escolas oficina própria e iniciativas das escolas secundárias e dos centros de formação do IEF⁴⁰).

Iniciativas (9.º ano + 1) tendentes a formar profissionais jardinagem, turismo, restauração, (com iniciativas das escolas secundárias e profissionais e dos centros de formação do IEF).

Serviços de proximidade, podendo o centro de Formação de Setúbal realizar geriatria e auxiliares de educadoras de infância.

Profissões tradicionais: carpintaria, metalomecânica, construção civil, etc.

Projectos de valorização profissional a partir das escolas rurais Poceirão ⁴¹.

Também serão interessantes formações como logística, informática, gestão de stocks, organização do trabalho ⁴².

(b) Formação para quadros com as entidades interessadas em domínios como o “marketing do vinho”, desporto, artes e teatro, arqueologia e património, serviços o turismo, incluindo o rural, e o lazer ⁴³.

Acordo com Autoeuropa

A importância desta empresa na economia regional, e não só, a actividade de formação que tem desenvolvido e os projectos que tem, a possibilidade de aproveitamento de instalações, conhecimentos e formação em benefício de outros agentes económicos, o facto da formação daquela empresa contar com financiamento público faz com que seja de todo aconselhável que haja um entendimento estratégico entre aquela empresa e a Câmara Municipal de Palmela.

Esse acordo poderá estar associado, para além do mais, à constituição de uma Escola Tecnológica, de nível 4.

Outras acções

O desempenho das estruturas existentes poderá ser aperfeiçoado num sentido duplo: aumentando a sua intervenção e reorientando-a. Apontam-se algumas actividades para possível desenvolvimento.

Incentivar e aumentar a realização de estágios para alunos dos sistemas profissionais

A execução de contactos com as empresas deve ser realizada em todas as acções de carácter profissionalizante e talvez mesmo, no ensino mais convencional. Para tal a noção de estágio deve incluir sem equívoco a prestação de serviço útil para as organizações que recebem o estagiário onde este deve assumir uma postura responsável e disciplinada. Sem esta atitude a presença de um estagiário é negativa e as empresas, ou outras organizações, reduzem a sua abertura para a recepção de pessoas que apenas as perturbam. O estágio deve ser limitado no tempo (enquanto tal), e conduzir o estagiário à apresentação de trabalho na entidade em que se formou. Isso significa que devem, sempre que possível, ser finais, e ter um período mínimo (e data) que garantam o trabalho efectivo na organização “visitada”. A preparação deve ser prévia e incluir o acompanhamento dos estagiários no organismo em que se realiza. Assim, para resultarem, os estágios de carácter profissional devem ser organizados de forma rigorosa e ter em conta os objectivos e problemas das empresas. O trabalho de desenvolvimento de estágios deve incluir a elaboração de um manual de colocação e acompanhamento em estágios.

Parece⁴⁴ particularmente importante que os cursos tecnológicos **dêem abertura para** serviços, construção civil, mecânica e robótica, agricultura, turismo, geriatria, e para as TIC.

Formação de Professores e de Auxiliares de Acção Educativa

Formação contínua dos educadores, dos docentes e do pessoal de apoio no pré-escolar e escolar.

A formação é uma necessidade. Certamente que a formação nas áreas pedagógicas ou científicas em que a actividade de um docente se desenvolve é importante e é de estimular mas ela corresponde a uma lógica nacional e a práticas legais ou consuetudinariamente estabelecidas.

O que aqui se pretende reforçar é a necessidade de uma formação específica:

- Formação sobre a região de Palmela / Setúbal, procurando dela deduzir-se uma maior sensibilidade dos docentes à realidade local – incluindo a vida quotidiana dos seus alunos e famílias –, e uma mais estreita relação de ensino a esse contexto.
- Formação sobre gestão (e auto-avaliação, como se refere no ponto específico) para professores que estejam mais directamente ligados a esta vertente nas escolas.
- Formação em gestão de projectos.
- Formação na utilização de computador e acesso à Internet.
- Formação dos intervenientes no acompanhamento das crianças nos Jardins de Infância⁴⁵ e, de uma forma geral dos auxiliares de acção educativa no ensino básico.

Assim como a constituição de *ateliers* de animação pedagógica para professores.

Transportes escolares

Os transportes escolares contribuem para a qualidade de vida dos alunos e no seu sucesso escolar.

As propostas de equipamentos anteriormente apresentadas e o funcionamento em regime normal são dois factores importantes para uma modificação do volume e características dos transportes escolares. Contudo estes continuam a existir e a ter a função relevante que referimos.

Havendo que garantir os transportes para alunos a frequentar o ensino básico, deve-se procurar que o máximo de alternativas sejam encontradas dentro do município. No casos de transportes para outros municípios deve haver uma previa justificação por parte da família e a constatação deque não haveria melhor solução no concelho.

A melhor solução é a que permita minimizar os tempos dos circuitos e os custos da Câmara.

A informatização da inscrição dos alunos, assim como de muitas outras actividades, o funcionamento desses sistemas informáticos em rede e a utilização de programas que combinem essas bases de dados com a informação geográfica e lhes apliquem algoritmos de investigação operacional são a melhor forma de encontrar as melhores soluções e transformar em rotinas trabalhos penosos e regulares de programação e acompanhamento do ano escolar.

Contudo, um conhecimento pormenorizado da situação por parte das escolas e da Câmara não implica que seja esta a organizar e implementar os circuitos de transporte escolar. Não pondo de lado esta situação, numa continuidade do tem vindo a ser feito, dever-se-á analisar com cuidado as vantagens da abertura de um concurso público junto das empresas.

A existência de locais fixos de espera cobertos que concentrem os jovens a serem transportados, eventualmente com serviços complementares, poderá também funcionar como forma de articulação de esforços e redução de custos.

Propostas Diversas

Neste ponto apresentam-se algumas propostas que não se enquadram especificamente nos títulos anteriores, sem que tal signifique uma sua menor importância. Há uma relação entre todas as sugestões.

Refeições para os JI e EB1

O funcionamento das escolas em regime normal é um dos objectivos a atingir e todas as propostas apontam nesse sentido. Daí resulta inevitavelmente a necessidade de um espaço onde o aluno tome as refeições, sendo de todo vantajoso que não seja na sala de aula. O acto de comer faz parte do saber estar, do saber comunicar, da formação cívica.

Mas o fornecimento de refeições não deve significar em escolas de pequena dimensão como são os casos dos JI e EB1 a existência de cantinas e de locais e processos de aprovisionamento.

É necessário encontrar soluções de fornecimento de refeições já confeccionadas e com qualidade (o que implica regras do nutricionismo e adequação à faixa etária) a preços adequados. Essas soluções têm que ser estudadas e aprovadas caso a caso, podendo ir da contratação de empresas de restauração até ao envolvimento das famílias locais numa base de vantagem e responsabilização mútuas, podendo ir do estabelecimento de parcerias com outras entidades locais à conjugação de esforços entre diversas instituições de ensino.

Reorganização do ensino recorrente.

As fronteiras entre ensino ao longo da vida, aspecto que tratamos no ponto seguinte, e ensino recorrente, nem sempre são claras. Falamos em ensino recorrente como ensino de 2ª oportunidade de forma a garantir-se essencialmente a escolaridade obrigatória.

É uma área em que a experimentação pode funcionar, ensaiando-se em diferentes espaços formas de funcionamento novas e diferentes e procedendo-se posteriormente à sua avaliação.

Aqui se apresentam dois figurinos possíveis:

Para os jovens a frequentar o ensino básico:

Os jovens que por motivos injustificados perdessem dois anos da escolaridade obrigatória mantinham-se no sistema formal mas ingressavam num sistema de ensino em alternância, isto é, passariam a combinar uma formação base fornecida pela escola e uma experiência profissional realizada nas empresas.

Esta formação seria alicerçada numa conjugação de esforços entre as escolas e as associações económicas e os alunos seriam avaliados na escola e do desempenho da sua actividade profissional, dando lugar a aprovação ou reprovação e a possibilidade de obter um título do ensino formal e da formação profissional.

O acompanhamento da actividade laboral dos alunos seria da responsabilidade das empresas da região que para a sua concretização deveriam contar com o apoio técnico.

Para os adultos a frequentar o ensino básico ou o ensino secundário:

Os alunos frequentariam o ensino nocturno, sendo estabelecido com cada um acordo de funcionamento, havendo a possibilidade de conjugar o ensino normal na escola com a auto-aprendizagem. A sua formação e experiência profissional poderá permitir a obtenção, por métodos explícitos e rigorosos, de equivalência a algumas das disciplinas do curriculum.

Aprendizagem ao longo da vida. Continuação de iniciativas de educação extra-escolar

As experiências realizadas nesta matéria revelaram boa aceitação por parte da população do município. Se juntarmos a este facto a baixa escolarização na região, a elevada percentagem de domésticas e reformados, a importância crescente da imigração com impactos sobre a região e as rápidas transformações que se verificam na região é fácil concluirmos do interesse em continuar e, na medida do possível reforçar, este tipo de acções.

A qualidade de muitas acções que têm sido desenvolvidas no concelho nos últimos anos permite-nos apelar apenas para a continuidade do trabalho que se vem desenvolvendo.

Atevemo-nos, no entanto a lembrar

- o imperativo de continuar-se as acções de alfabetização, não sendo de admitir neste século a existência de analfabetos;
- a importância do enquadramento de imigrantes que residam na região, através do ensino de Português e Realidade Portuguesa;
- o impacto na abertura das escolas ao meio através da “escola de fim de semana”: a realização de acções culturais, educativas, desportivas e lúdicas abertas ao conjunto da população; a possibilidade de se promoverem acções de educação e formação a desenvolver-se ao longo de um período.

Escola Artística

A manifesta importância de potencializar as iniciativas que têm sido desenvolvidas no âmbito da música, do teatro e da dança – que correspondem a uma tradição forte na região –, a importância da música e das artes de expressão na formação dos jovens, as diversas iniciativas de formação e divulgação levadas a cabo pela Câmara, a importância desta vertente na região, justificam o aparecimento de uma escola artística de âmbito municipal.

Protocolos com Instituições de Ensino Superior visando a realização de acções locais.

A divulgação da realidade de Palmela junto dos centros de investigação, a divulgação na região dos estudos e trabalhos universitários que tomaram como objectos aspectos da realidade do município são uma primeira razão para o estabelecimento de acordos com instituições universitárias.

Também o é a possibilidade da realização de pequenos cursos localmente ou de investigações conjuntas dessas universidades com investigadores locais.

Se a proximidade de Lisboa, principal centro universitário do País, faz com que as hipóteses de colaboração anteriormente referidas devam ser estudadas com cuidado, não invalida algumas hipóteses de aproximação mútua.

Centros de Decisão

A concretização de cada uma das propostas de intervenção depende de todos os intervenientes no processo e todas elas passam pelo diálogo com todas as entidades envolvidas directamente. Contudo tem de haver centros de decisão e gestão claramente especificados e o sucesso de cada uma das intervenções depende essencialmente de determinadas instituições. É o que se apresenta de seguida.

As instituições consideradas são:

Consideramos em primeiro lugar o Gabinete que, de acordo com as próprias propostas, deve gerir o processo, o projecto. Propomos que seja uma estrutura dependente da Câmara, mas a importância da sua existência e funcionamento aconselha que se autonomize:

01. Gabinete de Gestão do Projecto Educativo-Formativo da Câmara de Palmela

Depois temos as estruturas do poder local, em que constitucional e funcionalmente a CMP tem uma importância decisiva:

02. Câmara Municipal de Palmela

03. Juntas de Freguesia

Referimos de seguida as escolas e o Conselho Municipal de Educação. Quando falamos em escolas pretendemos designar ora a totalidade das escolas da região (pode haver decisões que aconselhem a conjugação de esforços entre elas), ora um grupo delas (do mesmo nível, da mesma região, do mesmo agrupamento, por exemplo) ora uma (a que é objecto de intervenção). Simultaneamente tanto se pode estar a designar o Conselho Executivo, como a opinião dos professores, pais ou alunos, ou ainda qualquer outro conjunto de entidades da escola. Será necessário apreciar caso a caso. Com estas ressalvas, podemos pois falar em:

04. Escolas da Região

05. Conselho Municipal de Educação

Se é desnecessário afirmar que o Governo é um agente fundamental em todo este processo, muito mais difícil se torna, por vezes, precisar qual a entidade que deve ser envolvida, seja porque a estrutura de ministérios e suas competências muda no tempo seja porque umas vezes o Governo age directamente enquanto noutras remete para as suas instituições locais e regionais (comissões de coordenação, direcções regionais, etc.) Por isso optamos por uma designação genérica:

06. Estruturas do Governo relacionadas com a Educação

07. Estruturas do Governo relacionadas com o Desenvolvimento Tecnológico

08. Estruturas do Governo relacionadas com a Formação

09. Estruturas do Governo relacionadas com a Cultura

Admite-se que pontualmente poderão surgir outras estruturas envolvidas, mas estas parecem ser as essenciais.

Antes de apresentar o quadro sintético, duas observações de pormenor:

Os elementos constantes do quadro seguinte farão parte, nos documentos finais, de uma base de dados de apresentação sintética das propostas. Estaremos então perante uma base de dados relacional em que cada registo conterá, muito provavelmente os campos da seguinte ficha:

Código:

--

Designação:

--

Descrição:

Localização:

Justificação:

Articulações:

Prioridade:

Responsabilidade:

Aspectos complementares:

O que agora apresentamos tem a ver com o campo «responsabilidade».

Porque então será possível organizar a informação de diversas formas, agora apresentamos a sequências das propostas na ordem em que elas surgem no presente relatório:

	01	02	03	04	05	06	07	08	09
Projecto Educativo-Formativo-Cultural de Palmela	x	x							
Debate Público do documento «Carta Educativa»	x	x							
Inclusão da Carta Educativa no Plano Director Municipal		x							
Criação de Gabinete de Gestão do PEFCP		x							
Acordo Educativo-Formativo		x		x		x	x	x	x
Constituição de Comissão de Acompanhamento do Acordo Educativo-Formativo	x	x							
Acompanhamento da Carta Educativa					x				
Candidaturas ao Financiamento	x	x							
Monitorização - Concepção do Sistema		x							
Monitorização - Montagem do Sistema	x	x		x		x	x		
Monitorização - Formação	x	x							
Monitorização - Funcionamento	x			x		x			
Criação do Provedor da Educação	x				x				

Continuação e Melhoria da actividade do Conselho Municipal de Educação					x				
Reforço das Comissões de Pais e melhoria do diálogo entre estas estruturas e as escolas	x			x	x				
Grupos de Voluntários	x		x						
Promoção de estudos universitários sobre a região	x	x							
Passagem das escolas ao Regime Normal	x	x		x		x			
Reorganização do Ensino Secundário em Palmela 01	x			x		x			
Reorganização e expansão do Ensino Secundário em Pinhal Novo 01	x	x		x		x			
Complementaridade de cursos entre as duas Escolas Secundárias	x			x		x			
Melhoria da relação Escola Secundária - Empresa	x			x					
Criação de Escola Profissional em Marateca 02	x	x				x		x	
Criação de EBI em Palmela 02	x	x				x			
Criação de EBI em Poceirão 02	x	x				x			
Reorganização da EB2,3 Hermenegildo Capelo	x	x		x		x			
Reorganização de EB2,3 José Maria dos Santos.	x	x		x		x			
Criação de EB2,3 em Pinhal Novo 01 ou 04	x	x				x			
Criação de EB2,3/EBI em Pinhal Novo 02	x	x				x			
Reconversão JI Asseiceira	x	x	x	x		x			
Criação EB2,3 em Quinta do Anjo 01	x	x				x			
Encerramento do Ensino Básico Mediatizado		x				x			
Criação de EB1,JI em Marateca 01	x	x	x			x			
Criação de EB1,JI em Marateca 02	x	x	x			x			
Criação de EB1,JI em Palmela 01	x	x	x			x			
Criação de EB1,JI em Palmela 02	x	x	x			x			
Criação de EB1,JI em Palmela 03	x	x	x			x			
Transformar EB1 em JI em Palmela 04	x	x	x	x		x			
Reorganizar EB1 n.º 3 de Pinhal Novo 01	x	x	x	x		x			
Reorganizar EB1 n.º 4 de Pinhal Novo 01	x	x	x	x		x			
Criação de duas EB1,JI em Pinhal Novo 01	x	x	x			x			
Criação de três JI em Pinhal Novo 01	x	x	x			x			
Criação de EB1,JI em Pinhal Novo 02	x	x	x			x			
Reorganização de EB1 Batudes em Pinhal Novo 02	x	x	x	x		x			
Reorganização da EB1,JI Vale da Vila em Pinhal Novo 03	x	x	x	x		x			
Reconversão da EB1 de Arraiados em Pinhal Novo 03	x	x	x	x		x			
Criação de EB1,JI em Pinhal Novo 03	x	x	x			x			
Novo JI(4) em Pinhal Novo 03	x	x	x			x			
Criação de EB1,JI em Pinhal Novo 04	x	x	x			x			
Criação de EB1,JI em Pinhal Novo 05	x	x	x			x			
Criação de EB1,JI em Poceirão 01	x	x	x			x			

Reconversão de EB1 n.º 1 em Poceirão 02	x	x	x	x		x			
Reorganização de EB1 n.º 2 em Poceirão 02	x	x	x	x		x			
Reconversão de EB1 de Lagameças	x	x	x	x		x			
Criação JI em Quinta do Anjo 01	x	x	x			x			
Reconversão de EB1,JI de Cabanas em Quinta do Anjo 02	x	x	x	x		x			
Criação de EB1,JI em Quinta do Anjo 02	x	x	x			x			
Reconversão de EB1 n.º de Olhos de Água em Quinta do Anjo 03	x	x	x	x		x			
Reconversão de EB1 n.º 2 de Olhos de Água em Quinta do Anjo 03	x	x	x	x		x			
Criação de EB1,JI em Quinta do Anjo 03	x	x	x			x			
Criação de EB1,JI em Quinta do Anjo 04	x	x	x			x			
Estruturas de Ensino por cada 1000 novos fogos	x	x				x			
Agrupamentos - Constituição	x	x		x		x			
Agrupamentos - Garantia de bom funcionamento	x			x					
Cursos do Ensino Secundário	x			x		x		x	
«Pré-Escolar, um Direito das Crianças»	x	x	x	x					
Combate ao insucesso escolar e à marginalização juvenil. Dinamização das actividades de apoio educativo	x			x		x			
Atenção às actividades gímnicas	x	x		x					
Presença da interculturalidade no funcionamento das escolas. Cursos de Língua e Cultura Portuguesas.	x			x					
Reforço dos conhecimentos de matemática, português, outras línguas, informática	x			x		x			
Generalização dos sistemas informáticos nas escolas e consolidação da ligação e funcionamento da Internet. Acessibilidade e desenvolvimento de bibliotecas digitais e mediatecas	x			x		x	x		
Melhoria quantitativa e qualitativa aos alunos com Necessidades Educativas Especiais	x			x		x			
Ampliação da intervenção dos Serviços de Psicologia e Orientação	x			x		x			
Ações de intercâmbio com unidades estrangeiras de educação/formação. Participação das Escolas Secundárias em redes internacionais	x			x					
Aumento da Participação dos Docentes na Vida das Escolas	x			x					
Práticas Autoavaliativas da Qualidade de Ensino	x			x		x			
Constituição de Escola Profissional	x	x				x		x	
Núcleo de Formação Profissional	x								
Acordo com Autoeuropa	x	x							
Reforçar a componente profissional da acção educativa desenvolvida no secundário	x			x					
Contribuir para aprofundar e melhorar a ligação entre as escolas e as empresas	x			x					
Incentivar e aumentar a realização de estágios para alunos dos sistemas profissionais	x			x					

Formação contínua dos educadores, dos docentes e do pessoal de apoio no pré-escolar e escolar	x			x					
Reorganização dos Transportes Escolares		x	x	x					
Refeições para os JI e EB1	x	x	x	x					
Reorganização do ensino recorrente.	x			x		x			
Aprendizagem ao longo da vida. Continuação de iniciativas de educação extra-escolar	x	x	x						
Escola Artística	x	x				x			x
Protocolos com Instituições de Ensino Superior visando a realização de acções locais.	x								

Hierarquização

Uma grande parte das propostas anteriores são para repor com alguns anos de atraso uma situação que politicamente há muito se defendia: criação plena de condições para a realização do ensino obrigatório, generalização do pré-escolar a todas as famílias, etc. Noutros casos conjuga-se esta premência com a evolução futura da população.

Significa isto que na maior parte das situações a urgência de concretização é grande, mesmo muito grande.

Contudo colocam-se problemas de “hierarquização”:

- Em primeiro lugar pela natureza das próprias propostas. Algumas são independentes entre si podendo ser logicamente organizadas em tempos que não se relacionam. Mas em muitos outros casos há uma sequência temporal (ex. primeiro construir uma EB2,3 para depois separar o Básico do Secundário, para depois adaptar as instalações do Secundário)
- Em segundo lugar porque os recursos são escassos, essencialmente os financeiros, e impõem compatibilização das necessidades (propostas educativas) com aqueles.

Esta segunda razão é a que aparece mais preocupante, já que a primeira surge “da própria natureza dos actos propostos”. A primeira justificação de hierarquização é a afirmação de uma lógica, enquanto a segunda é a negação dessa lógica.

Pelo segundo motivo a hierarquização pode ser tanto mais “severa” quanto mais desajustados são os fins (educativos) e os meios (financeiros).

A hierarquização pelo primeiro motivo é um problema técnico e pensamos que está explícito nas diversas propostas formuladas ao longo deste relatório.

A hierarquização pelo segundo motivo depende do desajustamento verificado e tem de ser o resultado de uma decisão política. Eventualmente atender à hierarquização do primeiro tipo para fixar o escalonamento no tempo por causas do segundo tipo poderá ser um exercício interessante.

Conclusão

Ao longo deste documento apresentam-se propostas de melhoria dos sistemas educativo e formativo, logo cultural e de exercício presente e futuro da cidadania, ora numa resposta à situação demográfica, social e económica actualmente existente, ora como desafio para uma nova dinâmica local.

As propostas reflectem a análise da situação do município, da região envolvente, do País e da União Europeia, num contexto de intensificação da mundialização das relações humanas. Situação simultaneamente objectiva, enquanto dinâmica geográfico-social regida por leis, e subjectiva, enquanto envolvendo os homens no usufruto do seu livre-arbítrio, com suas lógicas e sonhos. Por outras palavras, as propostas apresentadas não são as únicas possíveis, são sugestões de actuação a confrontar em cada momento com o concreto no tempo-espço. Se é de admitir que estas sugestões têm uma capacidade de argumentação intrínseca, tem uma maior validade que outras alternativas que surjam, são capazes de

gerar dinâmicas sociais válidas tal resulta tão-somente pela grande quantidade de informações que as suportam, pela metodologia científica utilizada, pela capacidade de fazer a síntese de leituras pessoais e institucionais diferentes, pela interdisciplinaridade que reflectem.

As propostas formam um todo que é mais que a soma das partes, mas permitem uma realização parcial desde que se tenha em conta as relações hierárquicas, lógicas e temporais entre elas. Assim como «uma andorinha não faz a primavera» também um eventual desajustamento ou discordância em relação a uma proposta não põe em causa a totalidade.

Aliás, tal interpretação deste documento, resulta também, e com muita força, da interpretação da carta educativa como projecto, como processo que se vai processar, aplicar, adaptar, condicionar, mobilizar ao longo de alguns anos. A dimensão gestionária da carta educativa é o núcleo decisivo para o sucesso do que se propõe, para se atingir os objectivos educativos e formativos, sociais e de cidadania.

O sucesso da Carta Educativa depende da organização, da capacidade de iniciativa e mobilização e do financiamento. Umas propostas exigem muito de organização e iniciativa e pouco de financiamento. Outras propostas exigem quase exclusivamente financiamento. É necessário em cada momento a combinação óptima destes elementos, mas será de admitir que as modificações estruturantes estarão essencialmente dependentes dos recursos materiais (terrenos, financiamento) de que se disponham.

Este é um documento que deve ser concretizado e pormenorizado com acordos entre diversas instituições envolvidas nos subprojectos e com o seu reconhecimento no Plano Director Municipal.

Anexos

Situação por freguesias

Tabela A1 - Marateca

#	Localidades	PR20 01	Tipo Equipamento	Designação	Oferta 2001/02	N.º Salas/ Turm	Alunos & Regime	Data construção	Obras ampl. 97/01	A.T./ A.Impl.
01	Cajados	1453	EB1/JI -Público	EB1/JI Cajados	1ºC	2	48 N	1955	N	1830/ 163
				EB1/JI Cajados	JI	1	20	“		
			EB123/JI-Priv.	Externato Nun´Álvares	JI	2	n.i	1992	S	28.000/ 1700
				Externato Nun´Álvares	1ºC		49			
				Externato Nun´Álvares	2ºC		47			
				Externato Nun´Álvares	3ºC		30			
02	Águas de Moura	942	EB1-Público	EB1 Águas de Moura n.º1	1ºC	4	74 D	1952	N	n.i./ 415
			EB1/EBM-Púb.	EB1 Águas de Moura n.º1	2ºC		36	“		
			EB1- Público	EB1 Águas de Moura n.º2	1ºC	1	14	1968	N	2514/ 128
			EB1-Público	EB1 Águas de Moura n.º2	Itiner.	hall	7	“		
			C/JI/ATL -Priv.	JI Cenourinhas	JI	1	28	1992	S	984/ 450
			CD Privado	União Sol Nascente da Marateca	média	utentes	70	1998		
	Sesmarias Pato	220								
	Bairro Margaça	120								
	Zambujal	80								

Tabela A2 - Palmela

#	Localidades	PR200 1	Tipo Equipamento	Designação	Oferta 2001/02	N.º Salas/ Turm	Alunos & Regime	Data construção	Obras ampl. 97/01	A.T./ A.Impl.
01	Palmela	5182	EB1/JI-Público	EB1/JI n.º1 Palmela	1ºC	4	165 D	1930	N	2901/ 934
				EB1/JI n.º1 de Palmela	JI	2	47	“		
			EB1-Público	EB1 n.º2 de Palmela	1ºC	4	130 D	1950	N	220/ 607
			JI- Privado	J.Inf. “Casa das Brincadeiras”	JI	2	42	1990	N	n.i.
			C/JI -Privado	C. Social Palmela “A Árvore”	JI	4	100	1925	S	2100/ 1400
			CR - CMP	C. Recursos Juventude Palmela	em	média	6000	1970		
			EB2/3	Escola Hermenegildo Capelo	2ºC	19	389 D	1981	N	14100/ 4000
					3ºC	16	387 D			
			ES	Escola Secundária Palmela	3ºC	8	210 D	1973	N	22.000/ n.i.
					sec	19	600			
02	Aires	1574	EB1-Público	EB1 Aires n.º1	1ºC	2	70 D	1950	N	n.i/340
			EB1-Público	EB1 Aires n.º2	1ºC	1	11	1981	N	750/ 117
			JI/ATL-Privado	O Espertalhão	JI	1	46			
02	Padre Nabeto	976								
02	Cabeço Velhin.	522								
02	Baixa Palmela	494								
02	Volta da Pedra	436	JI/EB1,2,3	St Peter’s School	JI	n.i.	n.i.	1999	N	2815/ 1840

					1°C	“	“	“	“	“
					2°C	“	“	“	“	“
					3°C	“	“	“	“	“
02	Portal Branco	312								
02	Palmela Gare	296								
02	Pegarias	228								
02	Samouco	126								
02	Lage	25								
03	Brejos do Assa	569	EB1-Público	EB1 Brejos do Assa n.º1	1°C	2	55 D	1960	N	n.i./ 160
			EB1-Público	EB1 Brejos do Assa n.º2	1°C	1	12	1982	N	1270 /195
			EB1-Público	EB1 Brejos do Assa n.º2	2°C	2	n.i.	“		
			C/JI/ATL -Priv.	Associação “O Rouxinol”	JI	2	50	1976	S	n.i.
03	Algeruz	286								
04	Lau	553	EB1- Público	EB1 Lau (Algeruz-Lau)	1° C	2	36 N	1951	S	1425/ 340
			CAIC “	EB1 Lau	CAIC	1	16	1997	S	
04	Areias Gordas	170								

Tabela A3 Pinhal Novo

#	Localidades	PR200 1	Tipo Equipamento	Designação	Oferta 2001/02	N.º Salas/ Turm	Alunos & Regime	Data construção	Obras ampl. 97/01	A.Terr../ A.Impl.
01	Pinhal Novo	15.000	EB1/JI Público	EB1/JI nº1 de Pinhal Novo	1°C	6	282 D	1950	S	1700/ 740
			EB1/JI Público	EB1/JI nº1 de Pinhal Novo	JI	1	20	“		

			EB1	EB1 nº2 de Pinhal Novo	1ºC	4	122 D	1963	S	1738/ 281
			EB1	EB1 nº3 de Pinhal Novo	1ºC	4	129 D	1981	N	4871/ 390
			EB1	EB1 nº4 de Pinhal Novo	1ºC	8	298 D	1987	N	15.000/ 435
			JI- Privado	Atelier Infantil	JI	2	25	1996	N	n.i. / 140
			EB1/JI/C/ATL P	Centro Ocupação Infantil PN	1º	1	15	1984	S	n.i./ 1385
				C. de Ocupação Infantil de PN	JI	4	95	idem		
			C/ JI/CD –Priv	Centro Social e Paroquial	JI	2	40	1997	S	n.i.
			JI/ATL/C – Priv	Nova Árvore	Creche	1	21	1998	S	n.i.
			“	Nova Árvore	JI+ATL	1+1	25	“	“	
			JI – Privado	Jardim Infancia Pim Pam Pum	JI	2	24	n.i.	n.i.	n.i.
			CRecursos -Pri.	Centro de Recursos Pinhal Novo	atende	cerca	4000 jv	n.i.		
			C/JI - Privado	Colégio “Mundo da Criança”	JI	3	52	1993	N	5000/ 635
			EB2/3 –Público	Escola José Maria dos Santos	2ºC	24	287 D	1978	N	27573/ 785
					3ºC	12	279 D			
			ES – Público	Escola Secundária Pinhal Novo	3ºC	22	485	1987	N	32.688/ n.i.
					sec	28	654			
01	Valdera	193								
02	Venda Alcaide	1986								
02	Vale Alecrim	238								
02	Montinhoso	177								
02	Batudes		EB1 - Público	EB1 Batudes (Palmela)	1ºC	2	26 N	1958	N	1239/ 212
03	Lagoa Palha	633	EB1 –Público	EB1 Lagoa da Palha	1ºC	2	36 N	1988	N	1155/ 182

03	Arraiados	263	EB1	EB1 de Arraiados	1°C	2	26 N	1955	N	2000/ 310
03	Vale da Vila	236	EB1/JI – Púb.	EB1/JI do Vale da Vila	1°C	1	14 N	1957	N	1588/ 310
			EB1/JI - Público	EB1/JI do Vale da Vila	JI	1	22	“	“	“
03	Palhota	136	EB1 – Público	EB1 da Palhota	1°C	2	29 N	1957	N	1755/ 407
03	Ven. Marmelos	101								
04	Carregueira	699	EB1 - Público	EB1 Carregueira	1°C	2	26 N	1958	N	3220/ 320
04	Fonte da Vaca	299								
04	Espinhaço Cão	79								
04	Abreu Grande									
05	Terrim	253	EB1 - Público	EB1 /JI do Terrim	JI	1	23	1986	N	1286/ 213
05	Penteado	237								
05	Pinheiro Grande	217								
05	Cascalheira	141								
06	Rio Frio	277	C/JI/ATL/CA /P	C. Ocupação Infantil de Rio .F.	JI	1	25	n.i.	N	n.i./ 419
			Privado	Externato Santos o Jorge	1°C	2	13	1931	N	n.i./ 86

Tabela A4 - Poceirão

#	Localidades	PR200 1	Tipo Equipamento	Designação	Oferta 2001/02	N.º Salas/ Turm	Alunos & Regime	Data construção	Obras ampl. 97/01	A.T../ A.Impl.
01	Asseiceira	651	JI- Público	JI Asseiceira	JI bfreq	1	8	1961	N	1225/ 87
01	Forninho	477	EB1 - Público	EB1 do Forninho	1°C	1	16 N	1969	N	1243/ 183

				EB1 do Forninho	Itin.	1	7			
01	Lagoa Calvo	347	EB1/JI/2°C-Púb.	EB1/JI Lagoa do Calvo	JI	1	12	1961	N	1204/ 232
			EB1/JI/2°C /Pub	EB1/JI Lagoa do Calvo	1°C	2	31 N	“		
			EB1/JI/2°C/Públ	EB1/JI Lagoa do Calvo	2°C	1	14	“		
01	Fernando Pó	118	EB1-Público	EB1 Fonte Barreira	Itiner	1	7			
01	Fonte Barreira	117	EB1-Público	EB1 Fonte Barreira	1°C	1	9 N	1957	N	1880/ 320
01	Aldeia Nova	97	EB1- Público	EB1 Aldeia Nova Aroeira	1°C	1	16 N	1961	N	1146/ 480
01	Aroeira			EB1 Aldeia Nova Aroeira	Itin.	1				
01	Pegos Claros	3								
02	Lagameças	1223	EB1 -Público	EB1 de Lagameças	1°C	2	69 D	1942	N	2000/ 319
			C/JI/ATL/CD	Caso do Povo Palmela/ Centro	JI	1	25	1990	N	5000/ 600
				Social Lagameças						
02	Poceirão	232	EB1 - Público	EB1 nº1 do Poceirão	1°C	2	69 D	1949	N	320/ 320
			EB1 - Público	EB1 nº1 do Poceirão	2°C	2	30	“		
			C/ JI/ ATL –Pri	Centro Social Palmela “A Cegonha”	JI	1	25	1974	N	1200/ 600
02	Faias	79								
03	Passarinhas	439								
03	Agualva	259	EB1 – Público	EB1 nº2 do Poceirão	1º	1	5	1983	N	2321/ 108

Tabela A5 - Quinta do Anjo

#	Localidades	PR200 1	Tipo Equipamento	Designação	Oferta 2001/02	N.º Salas/ Turm	Alunos & Regime	Data construção	Obras ampl. 97/01	A.T../ A.Impl.
01	Quinta do Anjo	3102	EB1-Público	EB1 n.º1 Quinta do Anjo	1ºC	2	68 D	1929	N	n.i.
			EB1-Público	EB1 n.º2 Quinta do Anjo	1ºC	2	71 D	1961	N	2000/ 276
			C/JI/ATL/CD	Centro Social da Quinta Anjo	JI	4	65	1979	N	n.i.
01	Torneiros	195								
01	Carvalhos	250								
01	São Brás	28								
02	Cabanas	2112	EB1/JI - Público	EB1/JI Cabanas	1ºC	2	77 D	1952	S	2012/ 390
				EB1/JI Cabanas	JI	1	25	“		
			EB1- Particular	EB1 Comunidade Islâmica	1ºC	2	29	1981	N	5000/ 700
02	Vila Amélia	200								
02	Brej Correteiros	60								
02	São Gonçalo	35								
03	Lagoinha	877	C/JI/ATL	Associação Avós e Netos	JI	1	n.i.	1980	N	n.i.
03	Olhos de Água	707	EB1- Público	EB1 Olhos de Água n.º1	1º	2	33 N	1958	N	n.i./ 260
03	Vale Touros	341	EB1 -Público	EB1 Olhos Água n.º2	1º	2	61 D	1981	N	1324/ 227
03	Carrasqueira	65								
03	Barris	49								
03	Q. Chapeleiro	48								
04	B. Alentejano	592	EB1/JI Público	EB1/JI Bairro Alentejano	1º	2	63 D	1975	N	954/ 370

				EB1/JI Bairro Alentejano	Jl	1	24	“		
04	Barra Cheia	289								
04	Bairro Assunção	280								
04	B.Marinheiro	268								
04	Marquesa	207								

Dados para a caracterização dos núcleos educativos

Tabela B1 - Núcleo Educativo das localidades. Referência a hierarquia e população

Freguesia	Localidade	Hier.	Pop. 2001	Núcleo
Marateca	Águas de Moura	10	758	MA #2
Marateca	Bairro Margaça	55	293	MA #2
Marateca	Cajados	7	1495	MA #1
Marateca	Fernando Pó	56	118	MA #2
Marateca	Fonte Barreira	57	116	MA #2
Marateca	Sesmarias do Pato	43	230	MA #2
Marateca	Zambujal	61	81	MA #2
Palmela	Aires	6	1725	PA #2
Palmela	Algeruz	30	286	PA #3
Palmela	Areias Gordas	50	170	PA #4
Palmela	Bairro do Padre Nabeto	9	975	PA #2
Palmela	Baixa de Palmela	20	491	PA #2
Palmela	Brejo do Assa	17	568	PA #3
Palmela	Cabeço Velhinho	19	530	PA #2
Palmela	Lage	70	25	PA #2
Palmela	Lau	18	550	PA #4
Palmela	Mira Ventos	53	130	PA #1
Palmela	Palmela	2	5326	PA #1
Palmela	Palmela Gare	28	298	PA #2
Palmela	Pegarias	42	227	PA #2
Palmela	Portal Branco	26	309	PA #2
Palmela	Samouco	54	124	PA #2
Palmela	São Julião	60	93	PA #1
Palmela	Volta da Pedra	23	435	PA #2
Pinhal Novo	Arraiados	34	290	PN #3
Pinhal Novo	Carregueira	13	688	PN #4
Pinhal Novo	Cascalheira	51	142	PN #1
Pinhal Novo	Espinhaço	63	79	PN #4
Pinhal Novo	Fonte da Vaca	27	301	PN #4
Pinhal Novo	Lagoa da Palha	15	648	PN #3
Pinhal Novo	Montinhoso	49	182	PN #2
Pinhal Novo	Palhota	52	140	PN #3
Pinhal Novo	Penteado	39	248	PN #5
Pinhal Novo	Pinhal Novo	1	15488	PN #1
Pinhal Novo	Pinheiro Grande	44	227	PN #1
Pinhal Novo	Rio Frio	32	280	PN #6

Pinhal Novo	Terrim	36	262	PN #5
Pinhal Novo	Valdera	48	206	PN #3
Pinhal Novo	Vale da Vila	40	250	PN #3
Pinhal Novo	Vale de Marmelos	58	101	PN #3
Pinhal Novo	Vale do Alecrim	38	237	PN #2
Pinhal Novo	Venda do Alcaide	5	2007	PN #2
Poceirão	Aqualva de Cima	35	676	PO #3
Poceirão	Aldeia Nova da Aroeira	59	96	PO #1
Poceirão	Asseiceira	14	648	PO #1
Poceirão	Faias	62	79	PO #2
Poceirão	Forninho	21	497	PO #1
Poceirão	Lagameças	8	1389	PO #2
Poceirão	Lagoa do Calvo	24	341	PO #1
Poceirão	Passarinhas	22	440	PO #3
Poceirão	Poceirão	41	235	PO #2
Quinta do Anjo	Bairro Alentejano	16	600	QA #4
Quinta do Anjo	Bairro da Assunção	31	283	QA #4
Quinta do Anjo	Bairro dos Marinheiros	33	268	QA #4
Quinta do Anjo	Barra Cheia	29	288	QA #4
Quinta do Anjo	Barris	66	49	PA #1
Quinta do Anjo	Brejos Correteiros	65	61	QA #3
Quinta do Anjo	Cabanas	4	2153	QA #2
Quinta do Anjo	Carrasqueira	64	66	QA #3
Quinta do Anjo	Carvalhos	37	246	QA #1
Quinta do Anjo	Lagoinha	11	867	QA #3
Quinta do Anjo	Olhos de Água	12	714	QA #3
Quinta do Anjo	Pinhal da Marquesa	45	220	QA #4
Quinta do Anjo	Quinta da Chapeleira	67	48	QA #3
Quinta do Anjo	Quinta do Anjo	3	3167	QA #1
Quinta do Anjo	São Brás	69	28	QA #1
Quinta do Anjo	São Gonçalo	68	39	QA #2
Quinta do Anjo	Torneiros	47	195	QA #1
Quinta do Anjo	Vale de Touros	25	344	QA #3
Quinta do Anjo	Vila Amélia	46	200	QA #2

Observação: Este quadro exige diversos comentários e esclarecimentos:

1. Na maior parte dos casos a afectação dos lugares por freguesias feita pelo INE corresponde à divisão por conselhos e municípios, mas em alguns casos há divergências tendo-se adoptado sempre a afectação que nos foi dada pela Câmara. São os casos de Barris (INE: Palmela), Carvalhos (INE: Palmela), São Brás (INE: Palmela), Torneiros (INE: Palmela), Vale de Marmelos (INE: Palmela), Vale de Touros (INE: Palmela) e Vale do Alecrim (INE: Palmela). De qualquer forma estas diferenças são irrelevantes para os nossos propósitos
2. Algumas localidades estão subdivididas por mais de uma freguesia nas estatísticas do INE. São os casos de Aqualva de Cima (considerada parte em Marateca e parte em Poceirão, consideramos apenas nesta última freguesia com a totalidade da população), Lagoinha (considerada parte em Palmela e parte em Quinta do Anjo, consideramos apenas nesta última freguesia com a totalidade da população), Venda do Alcaide (considerada parte em Palmela e parte em

Pinhal Novo, consideramos apenas nesta última freguesia com a totalidade da população) e Olhos de Água (considerada parte em Pinhal Novo e parte em Quinta do Anjo, consideramos apenas nesta última freguesia com a totalidade da população).

3. Para além da população das localidades é necessário ter em conta os "residuais", a saber:

Marateca	235
Palmela	1166
Pinhal Novo	136
Poceirão	163
Quinta do Anjo	287

Tabela B2 - Estimativa da população por idades nos núcleos

Núcleos	População					
	Total	Idades				
		3 a 5	6 a 9	10 a 11	12 a 14	15 a 17
%		2,00	4,91	2,33	3,59	3,62
MA #1	1495	30	73	35	54	54
MA #2	1596	32	78	37	57	58
%		2,99	4,22	2,11	3,82	4,06
PA #1	5598	167	236	118	214	227
PA #2	5139	154	217	108	196	209
PA #3	854	26	36	18	33	35
PA #4	720	22	30	15	28	29
%		5,25	5,64	2,59	4,44	5,17
PN #1	15857	832	894	411	704	820
PN #2	2426	127	137	63	108	125
PN #3	1635	86	92	42	73	85
PN #4	1068	56	60	28	47	55
PN #5	510	27	29	13	23	26
PN #6	280	15	16	7	12	14
%		2,95	4,38	2,26	3,55	3,80
PO #1	1582	47	69	36	56	60
PO #2	1703	50	75	38	60	65
PO #3	1116	33	49	25	40	42
%		3,42	5,19	2,33	4,19	4,08
QA #1	3636	124	189	85	152	148
QA #2	2392	82	124	56	100	98
QA #3	2100	72	109	49	88	86
QA #4	1659	57	86	39	70	68
Residuais						
MA	235	5	12	5	8	9
PA	1166	35	49	25	45	47
PN	136	7	8	4	6	7
PO	163	5	7	4	6	6
QA	287	10	15	7	12	12

Fonte: Recenseamento Geral da População de 2001;

Observações:

(a) No documento final apresentar-se-á em Excel estes dados, assim como um processo automático de adaptação aos dados definitivos por lugares e grupos etários. Do desajustamento entre a previsão e os dados definitivos resultará uma adaptação do número de salas necessárias. Essa adaptação faz-se por uma

regra de três simples o que permite ajustar o número de salas à população mas continuando a ter em conta outros factores considerados nos cálculos (mobilidade, taxas de transição entre ciclos, taxas de abandono, etc.). Estes ajustamentos serão tanto mais necessários quanto menor é o nível de ensino, porque também é menor a área de influência, logo a sensibilidade aos dados locais.

(b) Os valores assinalados em *itálico* no início de cada freguesia são as taxas, em percentagem, utilizadas para estimar a estrutura etária por lugares a partir do total da população residente destes. Acrescente-se que o INE, mesmo nos dados definitivos do Recenseamento não tem informações suficientes para uma conclusão concludente em cada localidade.

Tabela B3 – Hipóteses de Evolução da “Procura” por TE

	2001					
	Total	3 a 5	6 a 9	10 a 11	12 a 14	15 a 17
TE #1	7890	202	363	180	281	294
TE #2	6764	202	285	143	259	274
TE #3	6713	202	283	141	257	273
TE #4	10074	345	523	236	422	412
TE #5	17851	937	1007	463	792	922
TE #6	4061	213	229	105	181	210
	H1					
	2011					
	Total	3 a 5	6 a 9	10 a 11	12 a 14	15 a 17
TE #1	9468	242	436	216	337	353
TE #2	8117	242	342	172	311	329
TE #3	8056	242	340	169	308	328
TE #4	12089	414	628	283	506	494
TE #5	21421	1124	1208	556	950	1106
TE #6	4873	256	275	126	217	252
	H2					
	2011					
	Total	3 a 5	6 a 9	10 a 11	12 a 14	15 a 17
TE #1	10257	210	378	187	292	320
TE #2	8793	210	296	149	269	299
TE #3	8727	210	294	147	267	298
TE #4	13096	359	544	245	439	449
TE #5	23206	974	1047	482	824	1005
TE #6	5279	222	238	109	188	229
	H3					
	2011					
	Total	3 a 5	6 a 9	10 a 11	12 a 14	15 a 17

TE #1	8127	208	374	185	289	303
TE #2	7846	234	331	166	300	318
TE #3	7787	234	328	164	298	317
TE #4	16622	569	863	389	696	680
TE #5	23742	1246	1339	616	1053	1226
TE #6	5401	283	305	140	241	279

Observações: O primeiro conjunto de dados refere-se aos dados definitivos do RGP de 2001. Depois apresenta-se três previsões, com base em um conjunto de hipóteses:

Hipótese H1:

- População cresce uniformemente uma taxa de 20% entre os dois recenseamentos
- Mantém-se o peso relativo das idades existente em 2001

Hipótese H2:

- População cresce uniformemente a uma taxa de 30% entre os dois recenseamentos
- Há uma mudança do peso relativo das idades. Os grupos de 0 a 14 anos crescem 4% e de 14 a 25 a 9%

Hipótese H3:

- População do Concelho cresce a uma taxa de 30%
- Há dinâmicas diferentes nas diversas freguesias: Marateca e Poceirão: 3%; Palmela 16%; Pinhal Novo 25%; Quinta do Anjo 70% (procedendo-se a alguns arredondamentos atendendo às diferenças entre TE e freguesias)
- Mantém-se o peso relativo das idades.

NOTAS

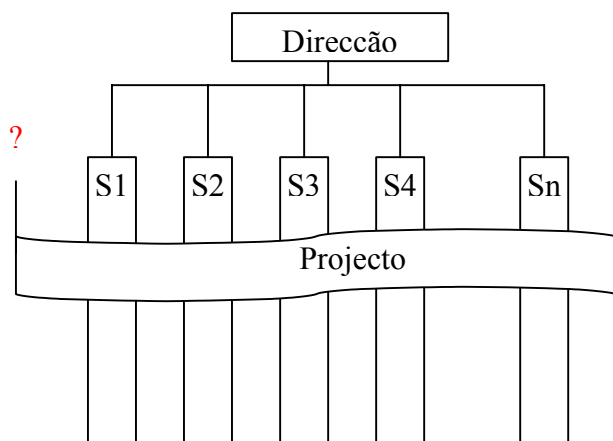
¹ Ralph D. STRACEY, A Fronteira do Caos, 1995, Bertrand, pág. 59

² Temos alguma preocupação com o entendimento que pode ser dado a «fácil leitura». Com esta afirmação pretendemos designar que se dirige a todos os munícipes e portanto deve evitar uma terminologia hermética dirigida a círculos restritos de comunicação, procurando uma sequência temática, apresentação e linguagem que se deseja agradável. Contudo nunca pode significar banalização terminológica ou simplificação artificial da complexidade.

³ Nesta participação pública para melhoria do documento deve-se ter em atenção qual é o nível de abstracção-concretização mais adequado. Pretendemos com esta observação alertar para o facto que a discussão pública tende frequentemente a pretender ver consignado pormenorizações e concretizações que efectivamente já estavam implícitas; a excessivas pormenorizações ou concretizações frequentemente diminuem a longevidade do documento.

⁴ Vejamos mais pormenorizadamente o problema à luz da dos princípios científicos da gestão de projectos e da experiência acumulada a nível mundial (dispensamo-nos aqui de referir bibliografia, sites na Internet e instituições que têm tratado do assunto), com a consciência que estamos a tratar de uma questão nevrálgica, da qual pode depender todo o éxito do que se propõe neste documento.

Ilustremos a situação:



Uma estrutura tem diversos serviços e é na base da sua existência que a estrutura funciona. Entretanto surge um projecto, cuja concretização interfere com todos esses serviços. Se a definição, concretização e controlo do projecto depende das direcções de todos os serviços, por outras palavras, se o Gestor do Projecto recebe ordens de cada direcção de serviços, se tem de negociar com cada um deles o projecto deixa de ser projecto porque deixa de ter a unidade e coerência que o caracterizam. Então o Gestor do Projecto tem de alicerçar o seu poder numa ligação directa à Direcção, mesmo que seja ele a tratar de tudo. O Gestor de Projecto encontrará a sua capacidade de decisão de diversas formas: ligação formal aos centros do poder, capacidade de diálogo, coesão da equipe do projecto, coesão e clareza do projecto, nomeadamente na definição dos objectivos, mas a ligação formal é importante.

As formas de ligação entre o Gestor do Projecto e a Direcção pode ser encontrada de diversas formas dependendo da natureza do projecto e dos serviços, da dimensão e qualidade do pessoal do projecto que não pertence às estruturas burocráticas da instituição, das formas habituais de funcionamento. Mas essa ligação é decisiva. A pior solução que se pode encontrar é o Gestor de Projecto ficar dependente de uma direcção de serviço.

Avancemos um pouco mais. Muitas vezes, quase sempre, uma Direcção é um colectivo. Então, decidido que o Gestor do Projecto depende directamente da Direcção fica em aberto uma questão: de que elemento da Direcção? Do Presidente? De um dos elementos da equipe de Presidente? A resposta, mais uma vez

não é simples e não pode ser assumida teoricamente: é necessário analisar com muito cuidado o funcionamento da instituição e as características pessoais de cada uma das possibilidades de escolha. Apenas se poderá dizer o que em muitas situações é uma boa ou uma má solução. Provavelmente a melhor solução é a seguinte: Na instituição há trabalhos de rotina (não-projectos) e trabalhos de projecto. Na Direcção há elementos que dividem entre si os trabalhos de não-projecto e um que coordena todos os projectos. Provavelmente a pior solução: entregar a um dos elementos da Direcção que normalmente só coordena alguns dos serviços a ligação do Gestor de Projecto. Entre estas duas situações extremas certamente que é possível encontrar diversas situações intermédias.

O que aqui apontamos é a direcção de trabalho de acordo com o que se pratica em gestão de projectos. Cabe à Direcção, olhando mais para a coerência do projecto que para o funcionamento quotidiano da instituição, encontrar a solução que pareça mais adequada.

⁵ Já no relatório anterior se chamou concludentemente a atenção para estes aspectos, o que pode ser reforçado por análises entretanto divulgadas.

Alguns dados orientadores de um inquérito aos munícipes de Palmela (Geoideias/Euro trials, Dezembro 2000), mostram-nos que os trabalhadores por conta de outrem representam no concelho (44,8%) e em todas as freguesias a modalidade com mais elevadas percentagens. Os trabalhadores por conta própria representam o valor seguinte a nível do concelho (14,5%), seguido do trabalhador doméstico (13,3%) e reformado 12,1%.

Na estrutura profissional os trabalhadores da indústria, transportes e construção representavam 35,9%, os empregados administrativos e do comércio 20,0 %, as profissões técnicos intermédios 15,3%, comerciantes 10,5% e profissões intelectuais e científicas 8,1%

Também num olhar sobre as opiniões (pontos fortes e fracos) dos munícipes do Concelho podemos retirar que são preocupações dos residentes e mereceram da parte destes uma hierarquização em pontos fortes e fracos alguns aspectos tais como:

- a política educativa e cultural (traduzida pelas construções escolares, apoio juventude, bibliotecas, desporto, etc);
- as questões da qualidade de vida (ambiente, espaços, segurança, conservação do património);
- as questões da saúde (farmácias, velhice, lazer);
- as questões do reforço da fixação no concelho /freguesia (habitação, transportes outros);
- as questões do emprego/formação;
- as questões do reforço das dinâmicas participativas (colectividades, e associações, e do exercício da cidadania, etc):

⁶ Recorde-se:

A população residente por freguesias entre os censos de 1991 e 2001 teve uma variação de 36,6% em Pinhal Novo, de 26,9% na Quinta do Anjo, de 15,8% em Palmela, de -2,6% no Poceirão e de -1,9% na Marateca. (Fonte INE)

Segundo STAPE (recenseamentos Eleitorais em 2000) o número de eleitores (população com 18 anos ou mais era de 38,8% no Pinhal Novo, de 29% em Palmela, de 15,9% na Quinta do Anjo, de 9% no Poceirão e de 7,8% na Marateca.

Num estudo sobre a criação de novas autarquias no território do concelho de Palmela, o tempo de residência na freguesia (+de 18 anos ou desde que nasceu) representava na Marateca 78,1%, na Quinta do Anjo 77,8%, em Palmela 68,0%, no Pinhal Novo 34,0%. Com um tempo de residência inferior ou igual a 5 anos estava Pinhal Novo em 1º lugar com 24,8% seguido da Marateca com 18,8%, de Palmela com 16,4% de Poceirão com 13,5% e Quinta do Anjo com 9,5%

O número de lugares segundo a sua dimensão, abrangendo também a consideração da população residente, era em 1991 de 55 lugares com menos de 500 habitantes, 15 com mais de 500 e destes 10 tinham entre 500 e 999 habitantes, 3 entre 1000 e 4999 e só dois acima deste último limite. Estes elementos foram actualizados na medida da informação disponível para 2001, a que se

juntou a análise da hierarquia urbana no município. Todos estes dados constam do relatório anterior.

⁷ Extrato do documento “Justificação para a Criação de uma Escola Básica Integrada (EBI) na Urbanização da Quinta do Anjo, Quadros e Metas, 2002.

⁸ Idem. Para maiores pormenorizações, nomeadamente quanto aos espaços correspondentes, veja-se, Ministério da Educação, DAPP, *Instrumentos para o reordenamento da Rede Educativa*, Lisboa, 2000.

⁹

m2/criança - m2/aluno

	J1	EB1	EB1/J1	EB123	EB123/J1	EB23	ES
area bruta de construção	6	6	5,5	8,2	8	8	8,5
area terreno	16	18	18	24	23	26	24

Fonte: Instrumentos para o Reordenamento da rede Educativa, Ministério de Educação 2000

A Escola define-se, de acordo com a sua tipologia, pelo número de salas, pela caracterização funcional e construtiva e pela articulação dos espaços adequados à diferentes funções que devem desempenhar.

É constituída por um conjunto de espaços inter-relacionados, de ensino, de administração e de ocupação de tempos livres, distribuídos por dois grandes grupos, o Edifício Escolar e o Espaço Exterior, e, que, no essencial, contribuem para facilitar o desenvolvimento intelectual e físico de todos os alunos.

A Escola deve ser planeada como um equipamento integrado, permitindo, sempre que possível, a sua utilização, em diferentes actividades, pela comunidade onde está inserida.

O edifício escolar deve ter suficiente flexibilidade para permitir a sua adaptação em função das alterações de frequência que venham a ocorrer nos diferentes níveis de ensino.

A Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece, no seu artº 39, um conjunto de regras a que os edifícios escolares devem obedecer.

¹⁰ Os nomes atribuídos aos núcleos não corresponde a qualquer hierarquização presente ou futura das localidades em termos de planeamento urbanístico ou de dinâmica desenvolvimentista do município. Tratando-se tão somente de um nome identificador optou-se por atribuir ao núcleo o nome da localidade que, segundo o recenseamento geral da população de 2001 tinha maior número de habitantes.

¹¹ Os dados demográficos e de hierarquia urbana utilizados na definição dos núcleos consta do anexo “Dados para a caracterização dos núcleos educativos”. Esses dados não são os únicos tidos em conta, como se refere no início deste ponto, mas aqueles elementos são muito importantes nas estimativas do número de salas necessárias.

Por isso, reproduzimos aqui uma observação que consta desse anexo, dada a sua importância: No documento final apresentar-se-á em Excel estes dados, assim como um processo automático de adaptação aos dados definitivos por lugares e grupos etários. Do desajustamento entre a previsão e os dados definitivos resultará uma adaptação do número de salas necessárias. Essa adaptação faz-se por uma regra de três simples o que permite ajustar o número de salas à população mas continuando a ter em conta outros factores considerados nos cálculos (mobilidade, taxas de transição entre ciclos, taxas de abandono, etc.). Estes ajustamentos serão tanto mais necessários quanto menor é o nível de ensino, porque também é menor a área de influência, logo a sensibilidade aos dados locais.

¹² 1) Marateca situa-se num “espaço problema” com perda da população residente e de actividade.

2) Tem uma estabilização da população de 2%.

3) O eixo em desenvolvimento situa-se entre Poceirão e Águas de Moura, sendo esta última uma área de crescimento

4) 25 % da população não tem instrução, 36, 9 % tem o 1º ciclo, 14,8% tem o 2º ciclo, 10% o 3º ciclo, 10,3% o secundário e 2,9 o superior.

Nos pontos seguintes apresentar-se-ão as propostas relacionadas com os diversos níveis de ensino. Deixam-se aqui referidas algumas considerações complementares que serão tidas em conta quando da sua apresentação:

5) A oferta de ensino particular e cooperativo na freguesia.

6) A taxa de cobertura da pré-escolarização foi de 68 a 76% e só tem expressão a partir dos 5 anos de idade existindo no entanto procura de JI. A oferta de ATL e Refeitório, a reconversão de EB1 antigas em JI, a reconversão do JI Itinerante em JI, a melhoria de oferta de espaços lúdicos poderá criar incentivos dinamizadores.

7) Tomou-se para taxa de conclusão do 1º ciclo os valores entre 90 e 100% (dados do concelho).

8) A oferta da continuidade de estudos 2º e 3º ciclos é realizada no Ensino Básico Mediatizado mas sobretudo fora do concelho, e por ordem decrescente de importância para Setúbal, Montijo e Vendas Novas, realizando os alunos, em alguns casos, percursos em transporte público de cerca de 60 km só uma viagem.

9) A oferta de formação básica teve em conta que :

- a mobilidade dos alunos é sobretudo realizada para fora da freguesia e do concelho
- os tempos de deslocação em transporte público parecem não dar uma resposta adequada mesmo atendendo a que o aluno só realiza duas viagens por dia tem os tempos de espera na escola ou em lugar adequado, não realiza grandes percursos a pé até ao local do transporte
- a necessidade de harmonizar as respostas de ofertas educativas e de transportes que procurem minimizar os tempos de espera.

10) O eixo Poceirão Marateca está em desenvolvimento o que facilita a permeabilidade das ofertas educativas.

11) A freguesia tem uma percentagem elevada de não cumprimento da escolaridade básica.

12) A ruralidade da freguesia, as experiências desenvolvidas à volta desta vertente podem e devem ser potenciadas.

13) Aproveitamento de espaços como o Instituto Nacional de Saúde para o aparecimento de novas valências educativas.

14) Intervir na elevação do nível de escolaridade e formação da população adulta (alfabetização e formação ao longo da vida).

¹³1) Palmela situa-se num espaço motor “novas actividades e fixação de funções de nível superior “ sobretudo o eixo que a liga a Setúbal.

2) Existe uma tendência de crescimento populacional entre 10 a 20%.

3) Aires/volta da Pedra e Brejos do Assa são zonas de crescimento urbano.

4) 14,4 % da população não tem instrução, 30,7 % tem o 1º ciclo, 10,7% tem o 2º ciclo, 11,1 o 3º ciclo, 21,3% o secundário e 12,5 o superior.

Nos pontos seguintes apresentar-se-ão as propostas relacionadas com os diversos níveis de ensino. Deixam-se aqui referidas algumas considerações complementares que serão tidas em conta quando da sua apresentação::

5) A oferta de ensino particular e cooperativo na freguesia.

6) A taxa de cobertura da pré-escolarização foi de 50 a 69% e tem expressão desde os 3 anos de idade.

7) A taxa de produtividade do sistema no concelho (só existem só dados para o 2º/3º ciclos e secundário não desagregados a nível de freguesia e de o último ano é de 98/99)

- tomou-se para taxa de conclusão deste ciclo os valores entre 90 a 100%;
- no fim do 2º ciclo a % de abandono foi de 0,9% a de retenção de 15,1%;

- no fim do 3º ciclo a % de abandono foi de 3,3% e a de retenção de 14,9%;
- no ensino secundário e no prosseguimento de estudos no fim do 10º ano a % de abandono era de 24,8% e a de retenção era de 28,5%;
- neste mesmo mas no fim do 12º ano a % de abandono era de 9,7 mas a retenção era de 23,3%;
- no ensino secundário e na vertente da vida activa no fim do 10º ano a % de abandono era de 32,2 % e da retenção era de 28,6%;
- neste mesmo mas no fim do 12º ano a % de abandono era de 15,2% e a da retenção era de 34,8%.

8) Através dos transportes escolares pode inferir-se que :

- a mobilidade dos alunos na freguesia é sobretudo realizada no seu interior a nível do 1º ciclo. Há no entanto a utilização dos chamados “ circuitos especiais para algumas escolas;
- os tempos de deslocação em transporte público dentro da freguesia parecem dar uma resposta adequada mas será de atender a que o aluno só realiza duas viagens por dia, tem os tempos de espera na escola ou em lugar adequado, não realiza grandes percursos a pé até ao local do transporte;
- a necessidade de descongestionar/ harmonizar as respostas de ofertas educativas e de transportes que minimizem os tempos de espera e procurem traduzir na taxa de produtividade do sistema para todos os níveis de ensino.

9) Setúbal exerce uma forte atracção para os estudantes do 2º/3º ciclos (93) e secundário (88)

10) Palmela exerce uma atracção forte para os alunos da Qta do Anjo do 2º/3º ciclos (212) e secundário (106) e do Poceirão, sendo 73 do 2º/3º ciclos e 25 do secundário. Os alunos do Poceirão realizam um percurso entre 30 a 40 minutos.

¹⁴ Utilizando a terminologia do INE engloba também duas pequenas localidades, para as quais anteriormente não se tinha informação de população: Mira Ventos e São Julião.

¹⁵1) Pinhal Novo situa-se num espaço motor “novas actividades e fixação de funções de nível superior “ sobretudo na zona sul. A zona norte até Alcochete enquadra-se num “espaço emergente”; a zona de Venda do Alcaide é também uma zona em crescimento.

2) Existe uma tendência de crescimento populacional superior a 20% sendo a freguesia com maior densidade populacional do concelho. Para além de ter os principais aglomerados urbanos é também uma área de grande transformação e pressão urbanística.

3) 15,7 % da população não tem instrução, 29,4 % tem o 1º ciclo, 10,7% tem o 2º ciclo, 12,5 o 3º ciclo, 23,2% o secundário e 8,2% o superior

4) A oferta de ensino particular e cooperativo na freguesia.

5) A taxa de cobertura da pré-escolarização foi de 27 a 44% e tem expressão desde os 3 anos de idade

6) A taxa de produtividade do sistema no concelho (só existem dados para o 2º/3º ciclos e secundário não desagregados a nível de freguesia e de o último ano é de 98/99) é a que já foi referida para Palmela.

7) Através dos transportes escolares pode inferir-se que :

- a mobilidade dos alunos na freguesia é sobretudo realizada no seu interior ao nível do 1º ciclo;
- os tempos de deslocação em transporte público dentro da freguesia parecem dar uma resposta adequada mas será de atender a que o aluno só realiza duas viagens por dia, tem os tempos de espera na escola ou em lugar adequado, não realiza grandes percursos a pé até ao local do transporte;
- a necessidade de descongestionar/ harmonizar as respostas de ofertas educativas e de transportes que minimizem os tempos de espera e procurem traduzir na taxa de produtividade do sistema para todos os níveis de ensino.

8) Setúbal exerce uma atracção para os estudantes do secundário (88). Pode dizer-se que Pinhal Novo dá a resposta educativa à escolaridade básica dos alunos da freguesia. No entanto é um núcleo de população muito elevado que necessita de harmonizar as respostas educativas e sociais no sentido da qualidade de vida da população residente.

¹⁶ Esta localidade não aparece autonomizada na classificação do INE, o que não constitui problema. Apenas se cita para comparação com os quadros de síntese dos dados estatísticos.

¹⁷ Idem

¹⁸ 1) Poceirão como freguesia aponta para uma diminuição da população de -10% a -2%. No entanto os lugares de Poceirão e Lagameças são áreas de crescimento urbano.

2) Poceirão possui 24,1% da sua população sem instrução, 38,6% com o 1º ciclo do E.B.; 14,9 % com o 2º ciclo, 10,9% com o 3º ciclo, 9,2% com o secundário, e 2,2% com o superior. A oferta de modalidades de formação ao longo da vida, a atenção especial às mulheres (nesta freguesia a tendência é diferente das outras do mesmo concelho – as mulheres têm mais baixa escolarização que os homens).

3) A aposta no desenvolvimento da região e o reforço para a fixação da sua população.

4) A garantia da escolaridade básica no concelho/freguesia deve ser um direito. Não se conhecem dados exactos mas há reflexos de situações de abandono da escolarização ao fim do 1º ciclo. Pela análise dos transportes escolares verificou-se que 254 alunos do 2º/3º ciclo fazem a sua escolarização fora do concelho e 135 do secundário. A mobilidade dos alunos representa viagens de 50 minutos.

5) Os tempos de deslocação em transporte público dentro da freguesia são sobretudo em “ circuitos especiais” pensando que existe a necessidade de harmonizar as respostas de ofertas educativas e de transportes que minimizem custos que procurem dar a resposta de qualidade a uma população com grandes vicissitudes inerentes ao território em que habitam.

6) Atendendo ao eixo Poceirão Marateca, às previsões do número de crianças para o 2º ciclo na Marateca, à mobilidade dos alunos desta freguesia para fora do concelho justificam-se ofertas educativas ao nível do 2º/3º ciclo que potencializem dinâmicas de fixação.

7) Importante a oferta de complementos educativos tais como ATL/prática desporto/ vivências locais/ centro de recursos/ludotecas/biblioteca.

¹⁹ Seguindo o critério geral de designação dos núcleos, anteriormente apresentado, este núcleo deveria chamar-se Asseiceira pois esta é a maior localidade em 2001 (648 residentes) enquanto Lagoa do Calvo tem 341, mas tratando-se de uma mera designação não constitui problema uma excepção para se adoptar o nome do “aglomerado urbano da rede principal” de acordo com o PDM.

²⁰ Seguindo o critério geral de designação dos núcleos, anteriormente apresentado, este núcleo deveria chamar-se Lagameças pois esta é a maior localidade em 2001 (1389 residentes) enquanto Poceirão tem 235, mas tratando-se de uma mera designação não constitui problema uma excepção para se adoptar um critério mais urbanístico e menos estatístico, tomando o nome do “aglomerado urbano da rede principal” de acordo com o PDM

²¹ 1) Quinta do Anjo situa-se num espaço motor “novas actividades e fixação de funções de nível superior “.

2) Existe uma tendência de crescimento populacional de 20%.

3) Quinta do Anjo e Cabanas são os principais aglomerados urbanos em transformação urbanística.

4) Tem como eixos de desenvolvimento os que se situam á volta da zona industrial da AutoEuropa, da Quinta da Marquesa e Vila Amélia.

5) 17,7 % da população não tem instrução, 34,1 % tem o 1º ciclo, 10,4% tem o 2º ciclo, 12% o 3º ciclo, 15,9% o secundário e 9,7% o superior

6) A oferta de ensino particular e cooperativo na freguesia a nível de JI

7) A taxa de cobertura da pré-escolarização foi de 55 a 66% e tem expressão sobretudo nos 5 anos de idade

8) A taxa de produtividade do sistema no concelho (só existem dados para o 2º/3º ciclos e secundário não desagregados a nível de freguesia e de o último ano é de 98/99) é a que já foi referida para Palmela.

10) Através dos transportes escolares pode inferir-se que :

- a mobilidade dos alunos é sobretudo realizada para Palmela
- os tempos de deslocação em transporte público dentro da freguesia parecem dar uma resposta adequada mas será de atender a que o aluno só realiza duas viagens por dia, tem os tempos de espera na escola ou em lugar adequado, não realiza grandes percursos a pé até ao local do transporte

11) Moita, Barreiro e Setúbal exerce uma atracção, por ordem decrescente para os estudantes do 2º/3º ciclos (79) e secundário (39)

12) Palmela exerce uma atracção forte para os alunos da Qta do Anjo do 2º/3º ciclos (212) e secundário (106) e do Poceirão , sendo 73 do 2º/3º ciclos e 25 do secundário. Os alunos do Poceirão realizam um percurso entre 30 a 40 minutos.

²² No tratamento deste ponto frequentemente utilizaremos a seguinte simbologia:

JI = Jardim de Infância

EB1 = Escola Básica do 1º Ciclo

EB1,JI = Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância

EB2,3 = Escola Básica de 2º e 3º Ciclos

EBI = Escola Básica Integrada

EB123 = Escola Básica com 1º, 2º e 3º Ciclos

EB1,2,3,JI = Escola Básica Integrada com Jardim de Infância

ES = Escola Secundária

EP = Escola Profissional

e ainda:

ATL = Atendimento de Tempos Livres

R = Refeitório

H = *Hall*

²³ A concretização deste propósito depende das circunstâncias e das políticas regionais. Os exemplos tanto podem ir da realização de cursos para professores locais como a atribuição de bolsas de mestrado ou doutoramento para as melhores teses nacionais (ou internacionais) realizadas sobre qualquer aspecto do concelho.

²⁴ A incerteza quanto às previsões e sobretudo as concretizações de urbanização em locais de crescimento eventualmente explosivo fez com em alguns casos possamos ter sido módicos nas propostas apresentadas. No entanto chama-se a atenção para o contido na Tabela B3, abordado num ponto seguinte e o que se afirma nas “Observações Complementares” Esta nota é válida para este nível de ensino e seguintes.

²⁵

Para onde se dirigem os alunos do concelho de Palmela		A				B	C	D					E	F		
Agp 1	Curso Geral Científico Natural	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Curso Tec. Electricidade e Electrónica	o				o	o									o
	Curso Tec. Construção Civil				o											

	Curso Tec. Mecânica	o				o									o
	Curso Tec. Química	o		o											
	Curso Tec. Informática						x		x	x	x	x	x	x	
Agp 2	Curso Geral de Artes Visuais		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Curso Tecnológico de Artes e Ofícios						o					o			
	Curso Tecnológico de Design				o		o						o		o
Agp 3	Curso Geral Económico Social	x	x	x			x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Curso Tecnológico Administração	o				o		o	o				o	o	o
	Curso Tecnológico Serviços Comerciais						x		x	x		x			
Agp 4	Curso Geral de Humanidades	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Curso de Animação Social		o						o						
	Curso Tecnológico de Comunicação							o	o	o					

Observações: o – hipóteses de opção pelo curso; x – hipóteses diversas.

A = Barreiro; B = Moita; C = Montijo; D = Setúbal; E = Vendas Novas; F = Palmela

²⁶ O Inquérito às necessidades de Formação Profissional das Empresas a Curto e a Médio Prazo (2000-2002) lançado e analisado pelo Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e Solidariedade revelou que :

Para o triénio 2000/2002, 32% das empresas com mais de 10 pessoas ao serviço perspectivavam a necessidade de formação. As empresas salientavam a formação realizada no seu interior e só 7% referia a formação nas escolas secundárias e profissionais. A modalidade considerada mais importante pelas empresas é o Aperfeiçoamento Profissional. A Aprendizagem (formação inicial a jovens que ultrapassam a idade limite da escolaridade obrigatória) representa 2,5%

As necessidades de formação por domínios foram: os das relações públicas/marketing/ Publicidade seguindo-se, Banca, Seguros, Qualidade, Informática, Administração, Gestão.

As necessidades de formação incidiram nos técnicos e profissionais de nível intermédio, salientando-se os operários e artífices, trabalhadores similares, pessoal dos serviços e vendedores.

Em particular para a Região de Lisboa e Vale do Tejo as necessidades de formação por sector de actividade eram :

1º Actividades Financeiras;

2º Indústrias Transformadoras com destaque para o fabrico de equipamento eléctrico e de óptica;

3º) Comércio por grosso e retalho;

4º) Actividades imobiliárias, serviços prestados a empresas;

Parece-nos ainda interessante apontar algumas questões deste estudo:

1º) A maioria dos diplomados dos Cursos Profissionais não prosseguem estudos transitando em princípio para a vida activa. Quando continuam estudos fazem-no sobretudo no ensino superior não público.

2º) A maioria dos diplomados dos Cursos Gerais e Cursos Tecnológicos continuam a estudar procurando ingressar no ensino superior público.

3º) Os diplomados pelos Cursos Profissionais e Cursos Tecnológicos têm maior facilidade na obtenção de emprego.

4º) A “única oportunidade de ter emprego” é a razão mais importante para os alunos dos Cursos Gerais e dos Cursos Tecnológicos aceitarem o primeiro emprego. Para o dos cursos profissionais é “trabalhar nessa área profissional”.

5º) As taxas de actividade são maiores nos cursos profissionalmente qualificantes. Os diplomados pelos cursos gerais são os mais atingidos pelo desemprego.

6º) Cerca de metade dos diplomados pelos Cursos Profissionais e pelos Cursos Tecnológicos situam-se como “Profissional Qualificado” de nível superior, enquanto 2/3 dos diplomados pelos Cursos Gerais classificam-se em “Profissionais semi-qualificados” ou de categoria inferior.

7º) Os diplomados pelos Cursos Profissionais apresentam um leque mais vasto de profissões, nomeadamente como técnicos intermédios na indústria e dos serviços, enquanto que os dos Cursos Tecnológicos se concentram mais nos serviços de Escritório, Contabilidade e Financeiros. Para os diplomados com os Cursos Gerais destacam-se as profissões ligadas aos serviços de Secretariado, Comércio, Restauração.

8º) A maioria dos diplomados situam-se nos escalões de remuneração inferior. Os níveis salariais mais elevados correspondem aos diplomados dos Cursos Tecnológicos e dos Cursos Profissionais.

9º) A correspondência entre emprego e o curso realizado é nitidamente maior no caso dos cursos vocacionados para a inserção no mercado de trabalho, principalmente no que respeita aos cursos profissionais.

²⁷ Veja-se o apresentado anteriormente.

²⁸ Exemplos de actividades que podem ser instituídas no âmbito de uma parceria escola/empresa:

- Utilização conjunta de instalações;
- Partilha de equipamentos: empresas instalem equipamentos na escola que, simultaneamente sirva para a formação do pessoal da empresa e também como material didáctico para a escola;
- Visitas de estudo a empresas;
- Organização de concursos e projectos vários;
- Patrocínio da adaptação de material didáctico por grupos de trabalho mistos de docentes/pessoal técnico-industrial;
- Conferências na escola sobre questões relacionadas com a actividade da empresa designadamente quanto ao perfil educacional desejável para eventuais candidatos a um posto de trabalho nessa empresa;
- Apoio financeiro e técnico, entre outros, prestados às escolas pelas empresas;

²⁹ Este é um projecto em curso.

³⁰ Este é um projecto em curso

³¹ Se é certo que as previsões necessitam da passagem do anos para serem verificadas parece-nos que alguns estudos empolam o crescimento da população nesta área, pelo que admitimos que este número de salas seja excessivo para o 1º Ciclo e insuficiente para JI.

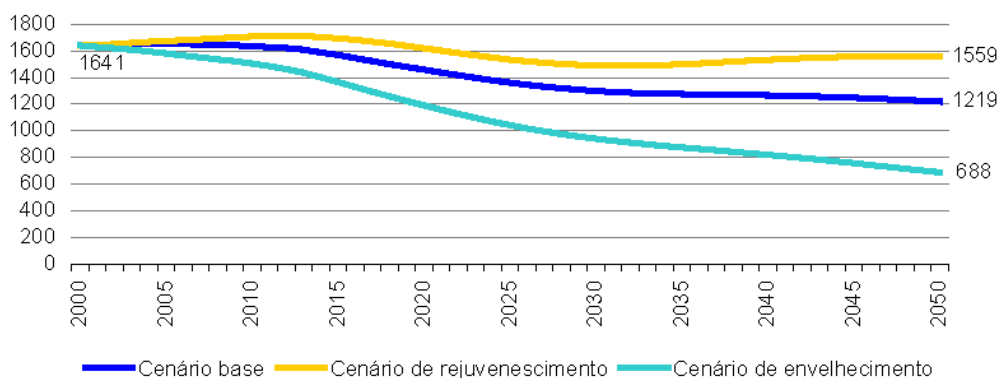
³² LOPES, Simões; Desenvolvimento Regional, I Volume, FCG, pag. 214.

³³ Será escusado falar das dificuldades gerais da previsão, mas há algumas circunstâncias históricas e demográficas que aumentam a incerteza no caso presente, a saber (apesar de em grande medida estarem referidas no relatório do módulo anterior):

a) O concelho de Palmela e as suas freguesias com as actuais fronteiras têm uma constituição recente, não permitindo a criação de séries suficientemente longas para permitir projecções que certamente constituiriam uma referência (tendência de continuação de uma situação média de acordo com certa formulação matemática de evolução), mesmo no caso de ter de ser adaptada.

b) A dinâmica demográfica de Palmela está numa fase de alteração quantitativa e qualitativa. Por outras palavras, as medidas tomadas nos últimos anos em termos de infra-estruturas e transportes na Região de Lisboa e Vale do Tejo alteraram e ainda estão a alterar profundamente a organização espacial de Palmela e a sua situação demográfica. Em breve outras alterações estruturais se realizarão. Ora é totalmente diferente fazer estimativas numa fase de “evolução ao longo de uma superfície estabilizada” ou numa fase de “transformação catastrófica” (no sentido topológico) da própria superfície.

c) Em termos demográficos Palmela tem uma dinâmica contrária ao País e às regiões em que se insere e envolventes. Com efeito, o INE em documento de Maio de 2003 conclui que o “número de crianças diminui em Portugal”, num estudo que considera o período 2000-2050. O gráfico seguinte retirado desse estudo mostra que nem na hipótese mais optimista (entendendo como tal o rejuvenescimento da população mantendo-se o aumento da esperança de vida) os jovens com menos de 15 anos de idade (em milhares) tendem a diminuir:



Quando se analisa os recenseamentos de 1991 e 2001 Palmela tem uma dinâmica bastante diferente. Enquanto as outras regiões seguem a tendência nacional referida, Palmela vê a população e os jovens aumentarem. Recordemos esses dados

	$\Delta PR(\text{Total})\%$	$\Delta PR(0-14)\%$	$\Delta PR(14-25)\%$
Portugal	+5,0	-16,0	-8,1
Região de Lisboa	+5,6	-12,8	-7,8
Península de Setúbal	+11,6	-11,3	-0,8
Palmela	+21,7	+2,7	+7,7

d) A dinâmica interna do concelho é muito diversificada, também estando em mudança de “transformação catastrófica” seja pela razões anteriormente apontadas para o concelho seja pela aplicação d políticas municipais de alteração de algumas dinâmicas “naturais”.

³⁴ Poder-se apresentar outros cenários alternativos mas parece-nos que seria um exercício sem interesse. Estamos convictos, atendendo a tudo que consta do relatório de análise de situação e de outros estudos elaborados sobre Palmela que a realidade futura situar-se-á entre os cenários contidos nas Hipóteses 2 e 3.

³⁵ A referência de apreciação foi a situação nacional, quer fazendo comparações quer considerando a aplicação da legislação existe. É, no entanto, necessário dizer que seria mais adequado tomar-se como referência a União Europeia. Se assim fosse verificaríamos a necessidade de maiores e melhores investimentos. Cite-se, a título de exemplo, que segundo o Eurostat o rácio alunos/professor no 1º Ciclo em Portugal é muito mais elevado que muitos outros países da União Europeia.

³⁶ Existem diferenças locais, mas que não consideramos aqui, até porque estamos a referir-nos a regiões de pressão urbanística.

³⁷ Considerem-se as seguintes previsões, apesar de estarmos a trabalhar com os grupos etários em que os cálculos apresentam maior margem de erro:

Idades	Marateca	Palmela	P. Novo	Poceirão	Q. Anjo	Total
0	30	196	348	46	99	719
1	27	183	333	49	100	692

2	38	157	304	59	74	632
3	21	153	268	45	84	571

Admitindo salas de 20 crianças e considerando apenas as crianças até 2 anos de idade, pois a de três anos deverão ser progressivamente encaminhadas para Jardins de Infância, temos as seguintes carências:

Salas	Marateca	Palmela	P. Novo	Poçoirão	Q. Anjo	Total
N.º Salas	4	19	41	6	13	83

³⁸ Impossível porque existem diferentes experiências de vida em confronto, diferentes interesses a defender, diferentes consciências possíveis do processo educativo e formativo no município.

³⁹ Indesejável porque a Carta Educativa é um documento aberto ao diálogo e à participação, e o confronto de posições só poderá enriquecer os processos a desencadear.

⁴⁰ Existe um modelo de curso de pequenas reparações domésticas (reparação de fechaduras, vidros, mobiliário, estores, pintura no CF do Seixal).

⁴¹ Ver texto histórico sobre a experimentação no ensino básico: Ville; Georges, escola de adubos químicos; primeiras noções de emprego de agentes de fertilidade; traduzido do francês; Funchal; Typ. Comercial; 1869.

⁴² Entrevista com a directora do Centro de Emprego de Setúbal, Dr.ª Virgínia Bacalhau; Centro de Emprego de Setúbal; 29/6/01.

⁴³ Entrevista com o Director do Centro de Formação de Setúbal, Eng. Fernando Oliveira; Centro de Formação de Setúbal; 9/julho/2001.

⁴⁴ Algumas informações complementares.

Oferta do IEFP e do ME nos concelhos envolventes a Palmela e por áreas

	Ciências Empresa.		Artes		Informaç Jornalism		Informá- tica		Engenh. Tec afins		Saúde		S.Sociais	
	IE	ME	IE	ME	IE	ME	IE	ME	IE	ME	IE	ME	IE	ME
Alcochete	0	1												
Almada	4	7	0	4	0	3	3	5	4	2	1	0	0	2
Barreiro	4	3	0	2	0	2	3	3	1	3			0	1
Moita	0	2					0	2	0	1				
Montijo	5	2	0	1	0	1	1	1	0	3				
Palmela	0	2			0	1	0	2						
Seixal	1	5	0	2	0	2	1	1	3	3	1	0		
Sesimbra	0	2			0	1								
Setúbal	9	4	0	3	0	3	4	2	6	4			0	1
Vendas Novas														
TOTAL	23	28	0	12	0	13	12	16	14	16	2	0	0	4

	Protecção Ambiente		Arquitect Constr.		Segurança		Indústrias		Direito		S. Pessoais	
	IE	ME	IE	ME	IE	ME	IE	ME	IE	ME	IE	ME
Alcochete												
Almada												
Barreiro												
Moita			0	1								
Montijo												
Palmela												
Seixal			1	0								
Sesimbra											1	0
Setúbal			0	1							5	0
V. Novas			1	2							6	0

- Na área de Palmela o IEFP não tem qualquer área em que intervenha
- As áreas da Saúde, Serviços Sociais, Arquitectura e Construção, Serviços Pessoais dão uma resposta insuficiente nos concelhos envolventes e nula no de Palmela.
- As áreas de Protecção, Segurança, Indústrias Transformadoras e Direito não têm qualquer resposta nem nos concelhos envolventes nem no concelho de Palmela

Complementando todas estas informações com tudo o anterior há que propor formações nas áreas das Artes, de Protecção do Ambiente (Recorde-se a proximidade do Parque Natural da Serra da Arrábida), Indústrias Transformadoras, Engenharias e Tecnologias Afins, Saúde e Serviços Sociais, Segurança, Direito, Serviços Pessoais.

É imprescindível a harmonização e articulação da oferta da formação de nível III, com a rentabilização de recursos humanos e materiais que apoiando-se em parcerias e acções concertadas para o desenvolvimento regional possibilitem o aparecimento de uma rede regional de formação de nível III que integre o IEFP, as escolas secundárias as escolas Profissionais, bem como todas as acções exteriores que certifiquem uma formação deste nível.

Acrescente-se ainda que a mobilidade dos alunos para as escolas profissionais fora do concelho é para o Montijo e Setúbal. A evolução dos alunos do ensino secundário para Lisboa e Vale do Tejo apresenta uma diminuição na procura dos cursos gerais e tecnológicos mas um acréscimo da procura nos cursos das escolas profissionais. Na península de Setúbal os cursos profissionais que de 1999/2000 para 2000/2001 registaram acréscimo do número de matrículas foram os de Construção Civil, Design e Desenho Técnico, Electricidade e Electrónica, Hotelaria e Turismo, Intervenção Social e Pessoal. Os cursos de Ambiente e Recursos Naturais, Artes do Espectáculo, Artes Gráficas, Informação-documentação, Metalomecânica e Química estavam estáveis. Os cursos de Informática tiveram um decréscimo.

⁴⁵ O DL de 234-A/2000 de 25 de Setembro cria no ordenamento das carreiras da Administração Local a carreira de Assistente de Acção Educativa. Para tal é necessário a posse do ensino secundário ou equiparado. A criação desta carreira vem dar resposta a uma preocupação na formação de todos aqueles que adquiriram experiência e formação ao longo dos anos no desempenho das funções de acção educativa.